BIBLIOTECA
UNEMAT
Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT
RG N.º 00114463
Data 05/02/2007
( ) Compra (x) Doação ( ) Permuta

Guelda Cristina de Oliveira Andrade

Democracia X Autonomia na Escola Pública

Pontes e Lacerda

2006

37.014.53
A553d
Ex.01
C9256 8920

Guelda Cristina de Oliveira Andrade

"Democracia X Autonomia da Escola Pública"

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Letras, (DL) da Universidade do Estado de Mato Grosso_ Campus Universitário de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Letras.

Orientadora: Raquel Alves

Pontes e Lacerda

2006

Este trabalho de conclusão de curso foi apresentado e defendido perante a seguinte banca examinadora :

Profª. Especialista Raquel Alves

Profª. Ms. Teresa de Pazos da Silva

Profª. Especialista Antonia Selma de Oliveira Câmara

Pontes e Lacerda, dezembro de 2006.

Às minhas duas filhas, Thainá Kalline e Cássia Gabrielly, que são a razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Foram várias as vezes, que deixei de estar com a minha família, para cumprir com as obrigações de acadêmica, assim, muitas vezes me ausentai do papel de mãe e de filha.

À minha mãe, por ter me ensinado os primeiros passos, as primeiras palavras, as primeiras letras, assim, me ensinando o caminho do conhecimento e gosto pelo saber.

À minha querida irmã, que não poderá estar presente neste momento especial, mas sei que esta torcendo por mim.

É importante agradecer a Deus, pelas vezes que pedi força, sabedoria e amor, para lidar com as situações complicadas que estava atravessando. Quando, Ele me dava serenidade, ao sentir saudades, e saber que os meus anjinhos, "Thainá e Cássia " estavam sentindo minha falta, ou não estavam bem.

Aos mestres, que possuem serenidade, sabedoria e paixão pelo magistério, desenvolvendo seu trabalho com prazer.

À Prof.ª Especialista Raquel Alves (orientadora), Prof.ª Mestre Teresa de Pazos da Silva e a Prof.ª Antônia Selma de Oliveira Câmara que tiveram a "paciência" e não mediram esforços para me auxiliar neste trabalho.

Seria bom, se pudesse citar todos os amigos que contribuíram de forma direta ou indireta para que chegasse ao término desse curso, que me confortaram nas horas difíceis e não me deixaram desanimar dizendo: " vai lá, você é uma mulher muito forte". Assim, posso agradecer ao Jesus, Patricia, Joaquina, Idelma, Cida Ferreira, Cida Dias, Simone, Gonçalves, Dona Tereza, Gislaine, Regina, Jaqueline, Clarice, Dona Flávia, Woshinghton, enfim todos que estiveram ao meu lado nesse período.

Aos meus colegas de sala, em especial aqueles que foram companheiros durante os trabalhos, quando juntos "perdemos" tantos sábados, domingos e feriados estudando "assiduamente", obras como: "Os Lusíadas de Camões", ensaios para teatros como: "No auto da compadecida" e outras inesquecíveis enquanto aguardávamos ansiosamente, para que esse momento chegasse.

Ao meu amigo e companheiro Júnior que no último semestre sempre esteve ao meu lado contribuído de forma especial para que este trabalho fosse finalizado.

Trabalho: aquilo que é suscetível de introduzir uma diferença significativa no campo do saber, ao preço de um certo esforço para o autor e o leito, e com a eventual recompensa de um certo prazer, isto é, de um acesso a uma figura da verdade.

Michel Foucault
Jean-Claude Milner
Paul Veyne
François Wahl

INTRODUÇÃO

Este trabalho, faz uma retomada histórica, do Brasil- colônia até atingir a modernidade do processo de democratização no país e dentro da instituição escola, como se deu o processo? Quais conseqüências? Porque se deu o processo? Quais interessados no processo?

A intenção desse trabalho foi de pesquisar quais os empecilhos enfrentados pelos CDCEs, nas escolas públicas, assim foram apreciadas atas de conselho de diferentes períodos, para a verificação e comprovação da pesquisa.

Há muito, me inquietava a morosidade da escola, em relação a algumas situações, vivida pela mesma sem muita, ou quase sem nenhuma alternativa para escolha.

Ainda é necessário que se discuta infindavelmente a situação de marasmo da escola, a intenção não é parar neste trabalho, mas sim continuar a problematizar o assunto, até que se possa encontrar uma solução, ou uma forma adequada para cada realidade com o intuito de solucionar, ou no mínimo, amenizar os problemas "silenciados" pelas escolas.

SUMÁRIO

RESUMO 9
INTRODUÇÃO 10
DEMOCRACIA X AUTONOMIA
CAPÍTULO – I
RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 11
CAPÍTULO _ II
O LENTO CAMINHO PERCORRIDO PELA DEMOCRACIA 20
CAPÍTULO_ III
O INDIVÍDUO E A ESCOLA ENQUANTO CONQUISTA DA
DESCENTRALIZAÇÃO 27
CAPÍTULO _ IV
O PARADOXO ENTRE O LEGAL E O REAL 36
CONCLUSÃO 45
REFERÊNCIAS 46
ANEXOS 48

RESUMO

Este trabalho é o resultado de um estudo sobre a Lei da Gestão Democrática, implantada em nosso País e no Estado nos últimos anos. Para a efetivação desse trabalho foram analisados documentos como: Constituição Federal, LDB, LOPEB, PNE, PEE, com o intuito de perceber os paradoxos entre a Lei e a realidade vivida pelas Instituições Públicas de Ensino.

No primeiro capítulo, é feita uma retrospectiva histórica desde o Brasil Colônia, chegada dos Jesuítas, Reforma Pombalina, Brasil Império, Primeira República, Ditadura Militar, Eleições Diretas até a atualidade, abordando os avanços e as retroações ao longo do período citado.

O segundo capítulo, trata do processo democrático no país destacando o "poder" do Estado, do conceito de Estado, da autonomia das instituições que estão diretamente ligadas ao Estado.

No terceiro capítulo é discutida a centralização, descentralização, forma de organização da escola, a escola enquanto aparelho ideológico, autonomia na escola, currículo, a interferência do BM (Banco Mundial) na educação de países em desenvolvimento.

No último capítulo será feita uma análise minuciosa da lei, as contradições dentro do Estado, o repasse das responsabilidades do Estado para as instituições de ensino, entendidas como autonomia, a estruturação e as competências do CDCE (Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar), ou seja o funcionamento entre a legislação e a instituição escola.

E por fim o trabalho mostra as incoerências existentes nas escolas, o dever não exercido dentro do CDCE, não por omissão, mas por ser impossibilitado pelo próprio Estado de desenvolver suas funções.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, faz uma retomada histórica, do Brasil- colônia até atingir a modernidade do processo de democratização no país e dentro da instituição escola. Mostrando como se deu o processo.

O primeiro capítulo, trata especificamente da história da educação, e o trabalho foi subsidiado pelos teóricos "Ana Lúcia Espíndola" com a obra, História da Educação: em três momentos da História do Brasil, "João Monlevade" com a obra, Educação Pública no Brasil, "Edgar Morim" com a obra, Educação e complexidade.

O segundo capítulo retrata o caminho percorrido pela democracia no país, e teve como suporte os seguintes teóricos: "Denis L. Rosenfield" com a obra, O que é democracia? "Leo Huberman" com a obra, História da riqueza do homem, "Michel Foucault" com a obra, Microfísica do poder, "Cristovam Buarque" com a obra, O colapso da modernidade brasileira, "José Carlos Libâneo" com a obra, Organização e gestão da escola.

No terceiro capítulo, foram utilizados basicamente a discussão é feita a partir da suposta descentralização e este capítulo foi subsidiado pelos seguintes teóricos "Ângela Maria Martins" e a obra, Autonomia da escola, "Henry A. Giroux e Peter McLaren" e a obra, Formação do professor como uma contra-esfera pública: A pedagogia radical como uma forma de política radical, "Bárbara Freitag" e a obra Escola Estado e sociedade.

O quarto capítulo foi subsidiado pela legislação, na qual foram encontradas várias lacunas que desfavorecem a instituição escola, enquanto escola autônoma.

Ainda é necessário que se discuta infindavelmente a situação de marasmo da escola, a intenção não é parar neste trabalho, mas continuar a problematizar o assunto, até que se possa encontrar uma solução, ou uma forma adequada para cada realidade com o intuito de solucionar, ou no mínimo, amenizar os problemas "silenciados" pelas escolas.

CAPITULO I

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

A educação enquanto moral cristã, religiosa em detrimento da moral indígena, no Brasil, se inicia em 1549, logo após a chegada dos portugueses. Além de educar, os jesuítas tinham o objetivo de converter a comunidade indígena ao cristianismo, a educação era feita através da oralidade, por mitos. Neste período, não existia uma escolarização, e todos os ensinamentos eram feitos por meio da experiência. As crianças, participavam diretamente das atividades desenvolvidas pelos adultos, aprendiam o que precisavam para viver em comunidade. Era outra cultura, outra forma de organização.

> O tempo de aprender não está restrito apenas na passagem do que se podia chamar infância para a idade adulta, mas é contínuo, pois os adultos devem estar sempre preparando-se para assumir responsabilidades concernentes aos mais velhos, pois, quando atingirem esta faixa da maturidade, terão outras funções a desempenhar para as quais devem igualmente estar preparados. (CALEFFI, apud ESPÍNDOLA, 2006, p. 28)

No Brasil do século XVI, o processo de "educar" pode ser entendido como invasão e/ou imposição cultural e legitimação de uma cultura sobre outra, neste caso a cultura do branco europeu, sobre a do índio que já possuía sua própria cultura.

É preciso lembrar que, a educação no Brasil não tem seu início com os portugueses, porque já havia nessa terra um povo com costumes, cultura e uma forma própria de viver.

A Companhia de Jesus foi criada no ano de 1534, em Paris, pelo espanhol Santo Inácio de Loyola, com a intenção de trabalhar em favor da Contra- Reforma[1], com o intuito de legitimar a Igreja Católica Apostólica Romana.

Segundo, José Ricardo Pires de Almeida (2000), o primeiro jesuíta a chegar em terras brasileiras, foi Padre Manuel da Nóbrega, acompanhado de outros cinco. Dezesseis anos depois, chegam mais seis jesuítas, entre eles

---

[1] Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, nasceu em Lisboa e foi o responsável pelas reformas em toda a Corte portuguesa e em suas colônias, que ficaram conhecidas como Reformas Pombalinas.

"José de Anchieta. Este, depois de se ordenar como Padre, fato ocorrido já no Brasil funda escolas em todos os lugares onde tinha um jesuíta. Os jesuítas antes de passarem o mínimo de instrução, tentam "implantar" uma nova cultura aos indígenas.

> Quase não havia populações indígenas perto do mar, (principal objetivo da missão) e não era conveniente abandonar os portugueses. O padre Leonardo descobriu um meio engenhoso de exercer a caridade: com um dos mais robustos irmãos, experto em língua, caminhou através de ásperas montanhas, mais impraticáveis que hoje, pelas velas dos gentios que habitavam as florestas virgens; obteve por sua autoridade e ajuda eloqüente de seus companheiros, que se confiassem seus filhos, porque desejava conduzi-los para o litoral e educá-los no meio dos portugueses, ensinando-lhes as coisas da fé, depois de tê-los regenerado pela água do batismo. Era uma tarefa muito difícil que empreendia o padre porque, para estas pessoas, retirar-lhes os filhos era o mesmo que arrancar-lhes o coração; mais isso estava, sem dúvida, na vontade de Deus e o padre os conduziu em grande número, como cordeiros, â casa de São Vicente onde, com os mestiços da localidade e alguns órfãos vindos de Portugal, formou um seminário, onde lhes ensinava a falar português, a ler e a escrever depois o latim aos mais hábeis; e acima de tudo os bons costumes e a doutrina cristã. (VASCONCELOS. Almeida, 2000, p. 26 apud. ESPÍNDOLA, 2006, p. 29-30)

Assim, a educação, escolarizada, permaneceu nas mãos dos jesuítas até aproximadamente 30 anos, e os mesmos a conduziam sempre em favor dos portugueses, pois, era a Coroa portuguesa quem os "apoiava". A preocupação era exclusivamente com a escolarização dos índios, aos negro e mestiços não era permitido o ato da matrícula nem da freqüência às aulas.

A educação nesse período, era direcionada apenas aos índios e aos filhos dos colonos. O plano educacional traçado por Manuel da Nóbrega a proposta era primeiro aprender o português, e evangelizá-los depois ler e escrever. Possuíam um ótimo sistema de ensino.

O processo educacional, se estendeu até a expulsão dos jesuítas, o que foi extremamente prejudicial para a educação brasileira ao longo da história. É pertinente comentar, que a Coroa garantia dez por cento dos impostos à educação, que era denominado "redízima".

Entre 1750 e 1777, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, faz uma reforma, expulsando os jesuítas das terras portuguesas e das colônias, acusando-os de serem "culturalmente retrógrados, economicamente

poderosos e politicamente ambiciosos" (XAVIER, apud. ESPÍNDOLA, 2006, p. 33)

Nesse período criam-se as Aulas Régias, que eram dadas na casa do professor que ensinava Latim, Grego e Retórica. Essas aulas foram mantidas, a partir de 10 de novembro de 1772, pelo imposto da carne e da aguardente utilizados especialmente para manter a educação, mas não foi suficiente.

O interesse, era modernizar a economia aproveitando-se das colônias. E, é a partir de 1808, com a chegada de D. João VI ao Brasil, que vão surgir algumas alterações, positivas na educação como: a criação de cursos superiores na Bahia e no Rio de Janeiro.

Segundo Espíndola (2006), o primeiro grande feito político interno, foi a criação do Estado Nacional Independente. A rapidez, quanto à organização de uma instituição dessa natureza, foi decisiva para a sobrevivência e "autonomia" de um país que estava tentando construir uma identidade.

> Estado Nacional: Segundo o pensador alemão Frederich Engels: "O Estado não é, pois, de modo algum, um poder imposto desde fora à sociedade"; tampouco ele é "a realidade da idéia moral", "a imagem e realidade da razão", como Hegel supunha. Ele é muito mais um produto da sociedade em determinados graus de desenvolvimentos; ele é o reconhecimento de que uma sociedade se enredou numa contradição insolúvel consigo mesma, dividindo-se em antagonismos, classes com interesses econômicos contraditórios, não se entredevorem e não devorem a sociedade, tornou-se necessário um poder pairando aparentemente acima da sociedade e que tem de abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da "ordem", e este poder , nascido da sociedade, mas se colocando acima dela, cada vez mais alienado dela, é o Estado. (FERNANDES, 1989, apud. ESPÍNDOLA, p. 50-51)

Só após a Proclamação da Independência, com a vinda da Família Real, para o Brasil, que vão acontecer mudanças na educação. Nesse período já existe a necessidade, de criar medidas constitucionais para a educação que será feita, nos moldes da Constituição Francesa (1791), o que não vai condizer com a realidade brasileira.

A primeira Constituição brasileira do Império (1824), garantia instrução a todos os cidadãos. Com o intuito de atender essa determinação, cria-se o primeiro projeto de construção de escola primária no País. O "projeto Januário da Cunha Barbosa", que se transforma no "Decreto de 15 de Outubro de 1827". Novamente existe um paradoxo entre a lei e o que é executado. O método

utilizado nesse período é "Lancaster e Bell"[2], que perspasou a Índia, a Inglaterra até que chegou a o Brasil, e também não surtiu efeito.

No período do Império, uma das dificuldades, eram os salários e falta de instabilidade para o professor. O Império sustentava os cursos superiores e o Ensino Elementar e Secundário, ficavam a cargo da província. Assim, as aulas eram ministradas no modelo das aulas régias, privilegiando uma pequena parcela, tendo em vista, que os colégios eram centralizados apenas nas províncias.

De certa forma, o Ensino Superior, também era privilégio da elite. Para ingressar no curso, era necessária, uma espécie de seleção, e só conseguia atingir aprovação, quem tinha essa preparação. Em 1854, acontece a Reforma Couto Ferraz, ou Regimento de 1854, que vai estabelecer a divisão entre Ensino Primário e Elementar e Superior. Já em 1879, é decretada a Reforma de Leôncio de Carvalho, que permeava, desde de o Ensino Primário até o Superior.

O que vai marcar, a educação na Primeira República (1889 1930), é o número excessivo de analfabetos, herança do Império, no qual a prioridade no momento é reduzir o analfabetismo.

No período da República, a educação é marcada por dois movimentos pedagógicos. O primeiro é chamado "Entusiasmo pela Educação", pensamento que surgiu já nos últimos anos do Império perdurando, até os anos de 1920, e tinha como finalidade, acabar com os problemas nacionais, e esses, para serem solucionados, dependiam da ampliação de oportunidades escolares para a classe média.

Logo após tem um período denominado, "Otimismo Pedagógico", rege o ensino diferente do Entusiasmo pela Educação, prima pela melhoria das condições didáticas e pedagógicas do ensino, tem início em 1920 e atinge seu objetivo em 1930. Mas, o projeto de uma escola de qualidade e que atendesse à maioria, ficou apenas no papel, e não se legitimou. O número de escolas públicas, eram mínimo, e destinado apenas à classe média e alta conforme afirma o professor Paschoal Lemme:

> As poucas escolas públicas existentes nas cidades eram freqüentadas pelos filhos das famílias de classe média. Os ricos

[2] Método que preconizava o ensino mútuo.

> contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, que ministravam aos filhos o ensino em casa, ou mandavam a alguns poucos colégios particulares, leigos ou religiosos, funcionando nas principais capitais, em regime de internato ou semi-internato. Muitos desses colégios adquiriram grande notoriedade, Em todo vasto interior do país havia algumas precárias escolinhas rurais, em cuja maioria trabalhavam professores sem nenhuma formação profissional,que atendiam às populações dispersas em imensas áreas: eram as substitutas das antigas aulas, instituídas pelas reformas pombalinas, após a expulsão dos jesuítas, em 1763. (LEMME, apud. GHIRALDELLI JR., 1992 ESPÍNDOLA, 2006, p. 98)

Entre 1890 e 1920, o número de analfabetos foi reduzido numa quantidade ínfima, o que demonstra que a educação nesse período era oferecido realmente apenas à elite. A legislação da época, privilegiava, as camadas bem sucedidas da sociedade republicana, garantindo o Ensino Secundário e Superior, excluindo o Ensino Primário.

É em 1890, que a educação sofre a primeira reforma durante o período da Primeira República, feita por Benjamim Constant. A nova proposta, tinha o objetivo de organizar o sistema educacional propondo à escola primária dois ciclos, dividindo-a em primeiro e segundo grau, e o Ensino Superior serem todo reestruturado. Em 1901 Epitácio Pessoa, tenta voltar ao passado, e retomar o Ensino Secundário como preparação para o Superior.

Em 1911, uma nova reforma vem para desoficializar o ensino, exercida pelo ministro Rivadávia Correia, que torna o ensino livre da interferência do Estado, no qual não possuía freqüência, não havia diploma, não se faziam exames de admissão.

> O ensino oficial, uniforme,do sistema de 1901 cede lugar, então, a um ensino livre, diversificado e flexível, a realizar-se em estabelecimentos autônomos. Mas, em franco desacordo com as condições do meio escolar brasileiro, as medidas desoficializadoras de 1911 provocam 'grande balbúrdia na vida escola', e a nova reforma se impõe. (NAGLE, apud. ESPÍNDOLA, 2006, p. 100)

A reforma de 1911, durou apenas quatro anos e foi substituída. Em 1915 quando Carlos Maximiliano propôs uma nova reforma, em reação à anterior. Já em 1925, é feita a Reforma João Luiz Alves Rocha Vaz. Essa é considerada uma reforma mais ampla a proposta pela União.

. Em 1937 dá o seu Golpe Militar e implanta o Estado Novo que vai até 1945, com traços ditatoriais. Isso significa que a sociedade política invade a

sociedade civil, subordinando-a ao controle do Estado. O mesmo acontece com a educação. Cria-se pela primeira vez, ainda em 1930, o Ministério de Educação e Saúde, o que vai contribuir para as mudanças necessárias na educação, e proporciona a estruturação de uma universidade.

Estabelecida a nova Constituição em 1934 existe a necessidade de criar um Plano Nacional da Educação, para coordenar e supervisionar as atividades de ensino. Também, ficam estabelecidas pela primeira vez, as formas de financiamento à educação, e fica implantada a gratuidade e a obrigatoriedade do Ensino Primário.

Ao Ensino Profissional, fica determinado no Art. 129 que o mesmo é direcionado para as classes "menos privilegiadas". Ainda nesse artigo fica estabelecido que é obrigação das indústrias e dos sindicatos criarem escolas nas áreas de sua especialização, para os filhos de seus funcionários, ou seja, não pode faltar "mão-de-obra qualificada" para atender à demanda do Estado. Assim, segundo Freitag (1986) a escola passa de instituição privada de Igreja, para "aparelho ideológico do Estado"[3].

A Política Educacional, de Vargas e de seu Ministro da Educação Gustavo Capanema preparado "bondosamente" para as classes desfavorecidas e migrantes, cursos técnicos, prevendo a diversidade da mão-de-obra, "um exército industrial de reserva" (FREITAG,1986, p. 52). Dessa forma, o Estado é o responsável pela discrepância social do país.

Entre 1945 e 1964, é possível perceber a ambivalência dos grupos no poder, a luta se limita em torno da LDB Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional e à Campanha da Escola Pública. Em 1946, fica determinado pela Constituição a necessidade de criação de leis e diretrizes para a educação brasileira, considerando as existentes do governo Vargas, ultrapassadas. Assim, o texto definitivo da LDB, fica pronto em 1948.

---

[3] Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica, que deverá ser necessáriamente ser examinada em todas as reservasque esta exigência acarreta podemos, pelo momento, considerar como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições (a ordem de enumeração não tem nenhum significado especial) ; AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas), AIE escolar (o sistema das diferentes "escolas" públicas e privadas), AIE familiar (A família desempenha claramente outras "funções" que a de AIE. Ela intervémna reprodução da força de trabalho. Ela é dependendo dos modos de prudução, unidade de produção e / ou unidade de consumo) AIE jurídico (Direito pertencente ao mesmo tempo ao Aparelho repressivo de Estado e ao sistema dos AIE) AIE político (o sistema político, os diferentes Partidos) AIE sindical, AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão,etc.) AIE cultural (Letras, Belas Artes, esportes, etc.)

A Ditadura Militar 1964, vem com a mesma expressão "da reordenação das formas de controle social e político" (FREITAG, 1986, p 77), e usará o sistema educacional para manobrar a massa. Assim, mais uma vez a educação esta a serviço dos interesses econômicos da elite.

> Não nos esqueçamos: havia se instalado no poder central e difundido pelos poderes estaduais, o regime da Ditadura Militar, inaugurado em 31 de março de 1964 e aprofundado em fins de 1968, que dava condições a uma administração centralizada e incontestável. (MONLEVADE,1997, p. 41)

Freitag (1986), afirma que em 1964, somente dois terços das crianças de 7 a 14 anos estavam matriculadas, 5 milhões não eram escolarizadas, das quais 3,3 milhões nunca haviam ido à escola. E, em 1972 (onze anos depois da LDB sancionada) ainda faltavam escola para 4,4 milhões de crianças entre 7 e 14 anos. Um grande paradoxo entre o Art. 2 da LDB que garante o direito e o dever da educação para todo cidadão, porém, a "realidade é contrária à legalidade".

Além da falta de escolas, havia um outro fator que implicava na ausência das mesmas nas escolas, a falta de transporte, de roupa, de material, à distância das escolas, a necessidade do trabalho das crianças para o sustento da família, etc., um período muito complicado vivido pela educação brasileira.

A Lei 5.692/71, vai marcar esse período, pois garante a universalização do Ensino Primário, dessa vez de oito séries, principalmente para o Nordeste e o Centro-Oeste que possuíam um menor número de escolas.

Neste período, existe uma discrepância no financiamento, alguns municípios possuíam uma boa arrecadação com um número irrisório de aluno no 1º grau, outros municípios pobres não conseguiam atender a demanda. Assim, a partir da Lei 5.692/71, que estimulava a municipalização mas que nunca foi regulamentado pelo Estado, criado o Promunicípio, que tentou organizar nas prefeituras um Órgão Municipal de Educação, com o intuito de facilitar o trabalho.

Nesse período, pode-se dizer que o Ensino Fundamental quase atinge o ápice, falando em número de crianças na escola, a saber, o movimento migratório campo-cidade e a fertilidade das mulheres responsáveis "por mandar criança para a escola", diminui visivelmente, porém apenas o Ensino

Fundamental de oito anos é gratuito e obrigatório, o Ensino Médio fica aguardando sua obrigatoriedade.

O magistério, é totalmente desvalorizado, professores e funcionários, se vêem obrigados a cederem a dupla jornada de trabalho, ou procurarem outra profissão, resultado de um salário insuficiente.

Em 1982, as universidades e escolas vivem dias de glória, na construção da "Gestão Democrática". O povo vai para as ruas pedindo "Eleição Direta de diretor a presidente", exigindo o fim da Ditadura Militar. Estados como Paraná; Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais e outros, adotaram, por pressão dos sindicatos da categoria, a "Gestão Democrática". Entretanto, o processo não se consolida, pois, não possui sustentação legal, para se legitimar, principalmente por conta da descentralização do financiamento. Apesar de tudo, a discussão não para, e chega ao texto constitucional no Art. 206: "Gestão Democrática do ensino público na forma de Lei".

Depois de muita luta da categoria, encontros e desencontros, a Gestão Democrática, chega até a Constituição Federal, como **Lei Art. 206 Inciso VI que prevê** gestão democrática do ensino, na forma da lei;

Na **LDB Art. 14.** os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Em 1998, o Governador Dante de Oliveira Martins, embasado no **Art. 206 Inciso VI** da Constituição Federal, no **Art. 14. Incisos I** e **II** da LDB , cria a LOPEB (Lei da Carreira dos Profissionais da Educação Básica). Assim, determina como se dará, a Gestão Democrática, nas instituições públicas do Estado de Mato Grosso.

CAPÍTULO II

O LENTO CAMINHO PERCORRIDO PELA DEMOCRACIA

De acordo com o dicionário O GLOBO, o conceito de democracia é : "Forma de governo em que a soberania é exercida pelo povo" (GLOBO; pág. 2001). Desse ângulo, pode-se afirmar que o poder é do povo. Essa afirmação pode ser uma inverdade, de acordo com a concepção de Foucault.

Para Foucault (1996), "Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que poder é algo que se exerce; que se efetua; que funciona". (p. XIV)

Segundo Rosenfield o sinônimo de democracia, no sentido etimológico da palavra é " governo da maioria". A primeira aproximação do fenômeno político é definido, pela quantidade, ou seja, é preciso lembrar da democracia na Grécia antiga especificamente com Heródoto, que é uma "forma de governo" entre a aristocracia "governo de alguns e a monarquia "governo de apenas um". Então a democracia surge na Grécia, em meio a estas duas formas de se governar, ou forma de organização da cidade com suas culturas e valores.

É pertinente lembrar, que nesse período prevalece a melhor forma de governo. Para Aristóteles a melhor forma de governo era a mistura entre a democracia como forma de governo da maioria e a aristocracia como forma de governo dos melhores, "daqueles que se distinguiram publicamente na condução dos negócios da coletividade". (ROSENFIELD, 1998, pág. 8)

No Brasil, a democracia enquanto principio participativo começa a se enunciar em meados do século XX e retorna às forças centralizadoras quando do Golpe Militar (1964), reabrindo novamente entre o final da década de 70 e início da década de 80.

Juntamente com a democratização, dado o contexto brasileiro, começa a se formar um modelo assistencialista de Estado. Assim cria-se uma forma de administrar possibilitando autonomia, descentralizando poder. Segundo Bobbio, (2000) "o desenvolvimento descomunal do Estado assistencial está diretamente relacionado ao desenvolvimento da democracia". (p.)

A democratização retorna, por volta da década de 1980 deu-se, graças à falta de possibilidade do grupo que detinha o "poder" de dar continuidade ao processo implantado até então. Se o caos não tivesse se implantado na sociedade da época, a mesma, não teria ido em busca das eleições diretas, não teria saído para as ruas fazendo manifestações, a sociedade não teria lutado para a quebra do autoritarismo.

Para atingir o objetivo desejado, "a democracia", foi preciso que houvesse uma ância, um desejo ideológico pela mudança. A mudança só acontece a partir de uma crise, quando se vivencia a crise, se está a caminho da mudança "... a realização do projeto modernizador exige uma população que acredite em sua utopia e disponha de agentes modernizadores, capazes de empolgar a maioria em torno de suas propostas". (BUARQUE; 1991.pág. 39)

O Estado acabou com uma sobrecarga, ou seja, um fator de ingovernabilidade da sociedade moderna, uma característica da democracia, impossível de controlar, o que acabou exigindo que pessoas se reúnam para "governar", ou escolher representantes para o governo.

É preocupante o atual processo da democracia, é resultado de um processo de desenvolvimento avassalador do capitalismo, vivido em meados do século XIX. Estamos acompanhando a era do individualismo e, apesar do esforço da mídia em contribuir com a publicidade, mostrando os programas e as campanhas sociais, com o intuito de despertar em cada cidadão o senso de responsabilidade e comprometimento com uma sociedade mais justa, não estão atingindo o ápice do problema.

Agindo assim, de forma individual, o povo se distância deixando lacunas a serem preenchidas pelo governo, da forma que lhes convier. Dessa forma a sociedade corre o risco de perder o que possui de mais valioso, "a legitimação do seu espaço democrático e autônomo". O povo não está percebe, que o governo faz funcionar o Estado da forma que lhes for favorável, assim "propõe" uma dupla jornada de trabalho para que as pessoas se envolvam, o menos possível, no processo, para que se torne cada vez mais frágil.

Apesar de todos os ponto negativos, existe um ponto positivo nesse autonomia e competitividade: o povo está deixando de ser tão dependente, de ser passivo, para se tornar um ser ativo e independente, assim o indivíduo está passando a ser autônomo. Porém, este processo tem seus problemas, pois "...

essas prerrogativas do individualismo vão [...] se aplicar a indivíduos que, da liberdade, conhecem sobretudo a falta de vínculos, e da autonomia, a ausência de suportes". (CASTEL, 1998: pág. 699)

O Estado usa a legalidade para se omitir às responsabilidades é preocupante, a saber, obriga a comunidade a buscar parcerias na sociedade. Essa comunidade corre um grande risco de tirar a responsabilidade do Estado e transformar a instituição, neste caso a escola, em filantropia. Assim, surgem um novo modelo de gestão, a "Gestão Democrática", que participa do processo de administração.

É preciso, conceituar "gestão" para melhor compreender, as duas formas de gestão, discutidas a seguir. Assim, gestão é: "Ato de gerir; gerenciar; administração; direção; (Do lat. gestione)". (O GLOBO, 2000)

De acordo com Libâneo (2001), existem duas formas de definir gestão centrada. A primeira, definida como neoliberal, coloca a escola como centro de boa parte das responsabilidades do Estado, deixando à comunidade e à escola a tarefa de planejar, organizar e avaliar as atividades desenvolvidas no âmbito escolar. Isso significa valorizar situações concretas e iniciativas dos profissionais da educação, sem tirar a responsabilidade do Estado.

Na segunda perspectiva, a escola é conceituada como ambiente educativo, e o processo é desenvolvido, pelos atores da instituição. Todos que trabalham nessa escola contribuem de forma eficaz para o processo. A merendeira serve as crianças com cordialidade, a secretaria atende pais e alunos de forma gentil e agradável, o porteiro é receptível e acolhedor, professores participativos e comunicativos, a direção da escola também é cordial com todos, assim se ensina pela prática, a partir de exemplos.

O sucesso da escola depende de toda a instituição, perpassando a liderança organizacional compartilhada, a participação coletiva, o nível de compromisso e responsabilidade dos funcionários, a profissionalização do professor, entre outros aspectos que são determinantes para a qualidade da instituição. Assim, na concepção de Foucault (1996), o poder não está precisamente no Estado, em apenas um lugar , ou em alguém, o poder é movimento, está circulando pelas camadas sociais.

> O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que

> nada nem ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. (FOUCAULT, 1996.p. XIV)

Grosso modo, Althusser (1983), afirma, que os clássicos do marxismo definem o Estado como, nada mais do que um aparelho de Estado, não apenas no sentido estrito, enquanto necessidade do jurídico (tribunais, política, prisões) exercer sua função, mas definir o Estado enquanto "força a serviço da classe dominante".

Existem inúmeros paradoxos, dentro do Estado, e um deles é o discurso de "primar pela qualidade do ensino público", pois, afirmando qualidade, esse mesmo Estado lança normativas determinando um número de alunos por sala que extrapola o limite de uma boa educação. As escolas se vêem obrigadas a matricular um número x de alunos para assegurar seu quadro de funcionários e assegurar o financiamento para manter a instituição funcionando. Não se pode esquecer que para a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) é clara: **Art. 2º** _ A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CURY, 2003, p.27)

Está bem claro, que a educação é dever do estado e da família, para que os mesmos possam garantir um futuro de qualidade ao cidadão. De acordo com a realidade das escolas públicas, o Estado, apesar do empenho, não tem atendido à demanda de forma a satisfazer a sociedade. A necessidade de mais escolas e de mais salas de aula vem aumentando, a cada ano letivo.

E quanto à família, não é muito diferente, as estruturas familiares estão desfeitas, as crianças totalmente sem limites, a família que poderia contribuir tornando-se aliada da escola, parece não possuir mais nenhum domínio sobre as crianças, e perdeu força enquanto instituição, dentro da sociedade.

A escola parece ter assumido o papel que a família exercia no passado, de manter o "poder" na mão do Estado Nação, assim a sociedade permanece no sistema de dominação. "Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro- poderes existem integrados ou não ao Estado, (...)". (FOUCAULT, 1996, p. XII)

Assim, o Estado não é o ponto central e absoluto de poder, que vai determinar a condição do sujeito na sociedade capitalista, mas funciona como forma de "lapidação" do ser humano. A face mais interessante é que, Foucault

(1996), afirmar que o poder vive circulando, perpassa todas as camadas da sociedade, "o poder é exercido, não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. 'De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínio de objetos e rituais de verdade'. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade". (p. XVI)

Todas as instituições do Estado (igreja, família, , escola, etc.) sofreram abalos, e se transformaram aceleradamente, porém a instituição escola resiste à transformação. Estas instituições tinham, na modernidade, o papel de manter o Estado Nação em ordem, disciplinado. A formação do indivíduo não acompanha a aplicação de leis,sanções, decretos é um processo de construção.

A LDB, diz que o aluno ao término da Educação Básica terá como finalidade alcançar o seguinte: "**Art. 35. Inciso III.** O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico". (CURY, 2003, p. 39). É possível dizer, que a escola com sua atual função e falta de preparo para lidar com uma nova clientela, não corresponde, a exigência da lei.

O aluno, é um sujeito em construção, constituído de linguagem, de desejos, de idéias, de posicionamentos, movimentos, e é dando voz a esse conjunto de fatores, que esse sujeito irá se determinar enquanto crítico, autônomo, dono do seu próprio "eu". É a partir da linguagem, que o aluno vai construir sua biografia, sua história pessoal, "(...) assim como de legitimar e confiar a própria existência no mundo. Logo, calar a voz de um aluno é destituí-lo de poder". (GIROUX, McLAREN,____. p. 137)

Para que a escola cumpra seu real papel, é necessário que o Estado repense o currículo, ou seja, a formação do professor. A formação recebida atualmente, não desperta a criticidade do mesmo, pelo contrário, silencia o profissional, não leva-o à discussão e à crítica do trabalho executado. Giroux e McLaren (1994), afirmam que o currículo e o conhecimento devem ser utilizados como instrumento de libertação, de emancipação.

Grosso modo, pode-se dizer que um dos problemas dessa deficiência é de ordem cultural, falta nas políticas educacionais um olhar mais "crítico" e "democrático", em relação ao social, ao político, ao cultural e ao econômico. O

que se discute, nessa área dentro do currículo, comparado ao tamanho da problemática é insuficiente. Assim, professores e alunos são silenciados, não possuem voz na escola, por omissão das políticas públicas, que insistem em permanecerem num sistema que está arcaico e retrogrado, não atende, e nunca atendeu, as necessidades da sociedade moderna.

A sociedade parece não ter percebido que o sistema democrático esta posto, mas é pertinente comentar que essa sociedade não esta preparada para legitimar a democracia.

É pertinente dizer, que a democracia, é um processo em construção, e para que essa seja construída em bases sólidas, é preciso que haja discussão, conhecimento, conflito, diferença, até se chegar a um denominador comum, "(...) boas leis não são dadas, mas nascem de uma convenção humana produzida pela atividade pública dos cidadãos". (ROSENFIELD; 1998. p. 9)

A mudança é necessária, mas não se faz mudança sem movimento, é impossível fazer reforma sem dinâmica, é preciso que haja a discussão, a reflexão e a prática, e que, conhecimento e crítica estejam paralelos, sempre juntos com o intuito de atingir uma sociedade mais justa. Todos pedem a mudança, porém permanecem com a mesma prática, "O discurso sozinho é incapaz de promover mudança social". (GIROUX, McLAREN; 1994 p. 139)

O povo, a sociedade civil precisa se libertar do passado, das conseqüências da Ditadura Militar (1946 1971). Pessoas que possuem liberdade, mas não agem de forma livre, um povo autônomo e democrático que não consegue usar dessa autonomia e democracia a seu favor, ou em favor de uma comunidade.

Para Giroux e McLaren, esse silenciamento da voz, se dá dentro da escola, por falta de espaço crítico para o aluno, no qual, o professor é parcialmente responsável pela ação. Ação de inibir, de coagir, de privar, de "negar" saber e poder ao educando. " Entender a voz de um estudante é lidar com necessidade humana de dar vida ao reino dos símbolos (...) . A voz do estudante é um desejo (...) é a necessidade de construir-se (...). Logo, calar a voz de um aluno é destituí-lo de poder". (p. 137) Assim, não se pode falar de saber e poder, separadamente.

Uma sociedade omissa, que não tem voz, mas é claro que isso não é um fator determinante, como já foi dito o processo é lento, porém está acontecendo paulatinamente.

CAPÍTULO III

O INDIVÍDUO E A ESCOLA ENQUANTO CONQUISTA DA DESCENTRALIZAÇÃO

O leitor, ao ver o título deste capítulo já percebe que é um tema irônico. Vejam, que indivíduo e escola, enquanto parte de um mesmo processo caminham para legitimação da descentralização, logo a incoerência entre legal e real é paradoxal. Assim, o Estado Nação vive uma prolbemática.

A construção da modernidade, faz com que o Estado Nação, se torne centralizador, no qual se estrutura a forma de governo. Com o passar do tempo percebe-se que este modelo está defasado, e a partir dessa premissa, o país é pressionado por organismos internacionais BM (Banco Mundial) a "rever" de forma "limitada" suas políticas educacionais buscando a, "Descentralização e instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados. Porém, o BM aconselha a manter centralizados dentre outros os padrões e o desempenho escolar" (TORRES;1996. p. __) ver pag

O capitalismo, vai determinar o que, como, e quando deve ser feita a reforma nas políticas educacionais. Assim, programam pacotes de reformas para os países em desenvolvimento, mas tudo com modelos de países de primeiro desenvolvidos, o que não condiz, com a realidade dos países em decadência. Dessa forma, não será possível fazer uma reforma justa, com possibilidades de atingir o objetivo, que é a melhoria da educação.

> O BM não apresenta idéias isoladas mas uma proposta articulada _ uma ideologia e um pacote de medidas _ para melhorar o acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas escolares, particularmente do ensino de primeiro grau (...) trata-se de fato de um 'pacote' de reformas proposto aos países em desenvolvimento (...) das macro políticas até a sala de aula, (Idem,p.126)

Para Martins (2001), o conceito de descentralizar está sendo entendido como desconcentrar, e vem sendo atribuído às escolas como outorga de

autonomia, o que não é verdadeiro. Como se o poder fosse "tirado" do centro e "colocado" nas escolas,

De acordo com o dicionário O GLOBO, autonomia é: "Direito ou faculdade de se reger, (um país) por leis próprias; independência administrativa; faculdade de se governar por si mesmo; emancipação; liberdade moral ou intelectual; independência". (Do gr. Autonomia) Então, a escola não é autônoma, foi delegada à mesma, mais responsabilidades com prestações de contas "rigorosas" ao Estado, de tudo que é feito dentro da instituição, a partir de determinações governamentais.

È ingenuidade pensar uma escola autônoma, dona de suas ações, porque para o Estado, autonomia não é mais sinônimo de governar-se a si próprio, é simplesmente um espaço para discussões. A liberdade, é um paradoxo, e assim, a ação se torna limitada.

À escola, é atribuída toda a responsabilidade pelo insucesso do ensinar e do aprender. E a sociedade, exige da mesma, uma satisfação, um resultado, que com certeza terá que ser positivo. Assim, os atores dessa escola se sentem ameaçados, pressionados com os resultados, porque de acordo com as avaliações, não têm conseguido satisfazer os interessados, a saber , o BM.

> O BM vem estimulando os países a concentrar os recursos públicos na educação básica, que é responsável, comparativamente, pelos maiores benefícios sociais e econômicos e considera elemento essencial para um desenvolvimento sustentável e de longo prazo assim como para aliviar a pobreza. (idem, p. 131).

A Constituição Federal prevê no **Art. 206. VI** gestão democrática no ensino público na forma da lei o que se subentende, "autonomia" de acordo com o entendimento de "democracia" citado no capítulo anterior.

A lei **nº 7.040, de 1º de outubro de 1998** regulamenta os dispositivos do **Art. 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Diretrizes e Bases da Educação Nocional), bem como o inciso **VI do Art. 206** da Constituição Federal, que estabelecem Gestão Democrática do Ensino Público Estadual, adotando o critério seletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar nas Unidades de Ensino.

A Lei da Gestão Democrática, delega algumas "responsabilidades" às escolas, já que o conceito de "autonomia" para o Estado é limitado e restrito, se é que se pode dizer, que a Gestão democrática delegou "autonomia" realmente às escolas. É pertinente dizer que a "crítica" se faz de acordo com o conceito de "autonomia", já citado acima.

A lei, da qual estou falando, concede ao CDCE (Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar) uma "certa" responsabilidade para outorgar ou revogar quaisquer "determinações", que venha implicar positivamente ou negativamente, no andamento da instituição escolar de acordo com o Art. 31 _ Lei do Sistema Estadual de Ensino/ Lei da Gestão Democrática.

Assim, a função do CDCE é primar pela qualidade do ensino, idoneidade administrativa e financeira, bem como estrutura física e funcionamento "legal" da instituição escolar.

A escola ao longo da história, vem servindo à sociedade. De tempo em tempo, a educação se vê obrigada a se moldar à sociedade, para atender suas respectivas necessidades, e apesar de todo "esforço" não consegue atender a exigência com sucesso. Um dos fatores desse descompasso, é que a sociedade sempre está além da escola, quando deveria ser ao contrário, a escola a frente da sociedade, preparada para lidar, com todas as situações.

> Gimeno Sacristán (1995) afirma que "... fala-se em reformas quando se quer acomodar o ensino às demandas do mercado de trabalho, quando se efetua uma mudança de estrutura de níveis ou de ciclos com a finalidade de tornar o sistema mais justos; fala-se de reforma e de se descentralizar a administração do sistema, quando se incorporam conteúdos novos ou novas tecnologias, ao se pretender melhorar os estilos pedagógicos dominantes, quando se buscam mudanças na organização escolar ou nos mecanismos de controle; alude-se à reforma quando se busca melhorar o rendimento dos alunos, diminuindo o fracasso, ou quando se fala em aumentar a qualidade dos professores, etc." (p. 51)

É preciso que a reforma nas políticas educacionais aconteçam, mas não será a partir de modelos internacionais que a mesma se dará, é preciso que as avaliações sejam preparadas para uma realidade brasileira, atendendo as necessidades dos educandos do país. É de extrema necessidade, que se adote, Políticas Educacionais satisfatórias, que acompanhem o processo acelerado da modernidade.

Nessa etapa contemporânea o sistema de avaliação adquiriu, criou um clima de grande tenção dentro da instituição de ensino, a mesma precisa prestar conta ao Estado de resultados positivos, que por fim, são decepcionantes, desesperançosos e chocam os docentes e discentes. As avaliações são cópias internacionais que não surtirão resultados positivos quando, o papel do poder público, seria propiciar condições legítimas para solucionar problemas emergentes. Na concepção de Miranda (1997), a educação brasileira não conseguirá se legitimar a partir da:

Ao discutir educação, a deficiência percebida é gritante, é impressionante como os jovens saem despreparados para o mercado de trabalho, a escola atualmente está formando "analfabetos funcionais". E o BM (Banco Mundial), se presta ao papel de pensar "formulas mágicas" para os sistemas educacionais dos países em desenvolvimento. Assim, a instituição escola contribui para a discrepância sócio-econômica. Para Torres (1996) :

> ... O Banco Mundial, transformou-se, nos últimos anos, no organismo com maior visibilidade no panorama educativo global (...). O financiamento não é o único nem o mais importante papel do BM em educação para os países em desenvolvimento e, ao mesmo tempo, (...) em fonte e referencial importante de pesquisa educativa no âmbito mundial. (pp. 125- 126)

A descentralização pautada a partir de projetos, é uma das formas que o governo possui de acompanhar o que está sendo feito com o recurso investido nas escolas. O PPP (Projeto político Pedagógico) é um desses projetos, no qual, a comunidade escolar discute a filosofia da escola, o que se pretende fazer ao longo do ano letivo, primeira vista, parece bom, porém perigoso.

Se o respectivo projeto estiver em consonância com os quesitos exigidos pelo Estado receberá a verba necessária para desenvolver determinado projeto, do contrário, permanecerá na espera "uma vez que se delega poder às instâncias locais para priorizarem objetivos, definirem projetos e negociarem sua realização com parceiro concernidos". (CASQUEL; 1998. pág. 606)

O modelo descentralizador vem tomando espaço a partir dos anos 1970, em função da insuficiência, da impossibilidade de atender a necessidade do Estado. "A descentralização é a única forma viável de poder atender às necessidades e interesses de caráter mais local; desta forma é possível

detectar melhor as necessidades de seus consumidores". (TORRES SANTOMÉ; 1998: pág. 16)

Na era da telecomunicação, do conhecimento, da tecnologia, a burocracia foi reduzida com a informatização, assim pôde-se delegar competências, descentralizar o comando, atribuindo tarefas e dando autonomia para as equipes. Dessa forma tornou-se possível a solução de alguns problemas, descentralizando a administração sem perder o controle do processo.

No novo sistema de organização, as equipes se tornaram responsáveis pelo manejo de determinadas situações e não mais apenas de determinadas tarefas, a saber, que para cada situação é preciso uma decisão ou solução diferente. A partir desse novo modelo de administração é possível perceber o potencial do homem. É "o homem descobrindo o próprio homem".

> Nesse sentido, atualmente, tem ocorrido uma redescoberta da figura humana como elemento essencial nas relações de trabalho, sem sua colaboração, compreensão dos problemas detectados, criatividades, disponibilidade para resolvê-los torna-se impossível aumentar a produtividade e melhorar a qualidade. (TORRES SAMTOMÉ; 1998, pág. 19)

É de extrema necessidade que haja o embricamento nos setores de trabalho, ou então as instituições estarão delegadas a retornarem a era do fordismo, na qual, as pessoas se distanciavam cada vez mais, eram vistas como meras máquinas de reprodução. O que não condiz com o discurso atual e com a conquista da democracia, da autonomia, da descentralização entre outras conquista já realizadas. Seria irônico retornar a um passado por mera omissão, retroagir no tempo.

A comunidade escolar, precisa estar cada vez mais unida e atenta para que esta retroação não aconteça. É preciso que se tenha a visão do todo e não das partes isoladas, é necessário ter uma visão homogênea do processo escolar. Assim os resultados possivelmente serão positivos e favoráveis à educação. Para a escola fortalecer e consolidar seu funcionamento democrático, é imprescindível que haja o envolvimento da comunidade no movimento democrático, e levar esse movimento a todas as camadas da sociedade civil.

> Nossa formação escolar e, mais ainda, a universitária nos ensina a separar os objetos de seu contexto, as disciplinas

> umas das outras para não ter que relacioná-las. Essa separação das disciplinas é incapaz de captar 'o que está tecido em conjunto', isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo. (MORIN; 2002. pág. 16)

Nas discussões que vem sendo feitas sobre as políticas educacionais, percebe-se que a taylorização[4] do trabalho educacional dentro da instituição escola foi apontado como um dos principais elementos, senão o principal, de total ausência da participação de professores e alunos nos processos de escolha do que se ensina, construindo uma cultura de meros transmissores de conhecimento. Assim a escola se distância de sua função, de formar indivíduos para analisar, compreender e realizar intervenções em sua comunidade, deixando de prepará-los para o exercício de uma democracia exercida com responsabilidade. "É o conjunto da classe trabalhadora que precisa ser diversamente qualificada na Escola". (ALTHUSSER; 1985. pág. 10)

A formação de mais e mais trabalhadores não significa notavelmente, apenas qualificar a mão-de-obra, mas sim, tornar para o sujeito "normal" a necessidade da qualidade da força de trabalho e a quantidade dessa força de trabalho. Tudo precisa parecer "normal", a venda da força de trabalho , a obediência as regras de produção e a hierarquia entre outras situações deploráveis que se encontra o trabalhador.

> A fábrica, a escola, os hospitais têm por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores. Trata-se de garantir a produção ou os produtores em função de uma determinada norma. (FOUCALT;2001.pág. 114)

Althusser (1985) afirma, que o aparelho ideológico do Estado dominante nas formações capitalistas, é o aparelho ideológico escolar. Mas todos os aparelhos ideológicos do Estado caminham para o mesmo resultado, a reprodução das relações de produção, a saber, as relações de exploração capitalista. Para o autor o que rege essa dominação, é o poder da classe dominante. De acordo com o estudo feito, pode-se afirmar que a escola é o aparelho de maior poder de dominação, mesmo que seja silenciosa, é eficaz. As crianças, vão à escola numa determinada idade em, que lhes são

[4] É denominado taylorismo o movimento de racionalização do trabalho que se inicia no final do século XX.

implantados saberes práticos da ideologia, que vão sendo trabalhados silenciosamente. Assim vão sendo moldadas, lapidadas da forma que é conveniente ao Estado, e a família não percebe que suas crianças já vão sendo alienadas[5] desde a pré-escola.

A escola é o local em que o sujeito permanece mais tempo durante o dia, mais tempo durante a semana e durante mais tempo de sua vida. "No panotismo a vigilância sobre os indivíduos se exerce não do que se faz, mas do que se é; não do que se faz, mas do que se pode fazer". (FOUCALT; 2001. pág. 104)

Os conhecimentos que são passados aos estudantes "bitolam" os mesmos à obediência, de normas e regras impostas por uma certa forma de exercício do poder. A clientela que sai da escola serve para atender a demanda de trabalho da sociedade, na qual possivelmente não terá autonomia para intervir nas decisões à sua volta. Assim, se torna quase impossível legitimar a democratização nas escolas, se não se consegue autonomia para democratizar e flexionar o currículo.

> Salienta-se que as análises realizadas sobre o currículo oculto têm apontado que o que as escolas vêm ensinando, historicamente, são habilidades relacionadas à obediência e submissão à autoridades. (MARTINS; 2002. pág. 73)

Se os atores, não possuem autonomia suficiente para a aprendizagem, possivelmente não conseguirão tornar- se cidadãos críticos e autônomos. Assim podemos perceber que o taylorismo está fortemente impregnado na escola, as normativas, os decretos, as leis publicadas em D.O. (Diário Oficial) legitimam esse taylorismo dentro da instituição escolar. O governo encurrala os profissionais da educação de forma a cederem às determinações.

Como já foi dito no capitulo anterior, a escola tem a necessidade de manter um número X de aluno para assegurar seu financiamento e seu quadro de funcionários. Professores e alunos precisam requerer seus direitos, existe uma normativa que limita e ampara esse direito, é preciso fazer valer a

[5] Adj. Cedido; elevado; louco; s.m. doido.

legislação. Dessa forma, não se está negando vagas para o aluno e sim seguindo uma determinação do setor governamental.

A escola precisa se legitimar enquanto instituição democrática e revogar o número excessivo de aluno, procurando a Promotoria Pública com o intuito de que a mesma possa determinar ao Estado construção de mais salas de aula, ou novas escolas. A educação necessita de um olhar mais justo e compromissado por parte do Estado (não se pode esquecer quem compõe o Estado como já foi comentado no capitulo anterior), é necessário mais subsídios para melhorar o nível da educação.

O novo sistema de organização das empresas, inclusive a instituição escola, requer mão-de-obra qualificada, o professor precisa ser pesquisador, diferente da escola do passado que não exigia qualificação profissional. Nos setores em que a difusão tecnológica é relativamente rápida, a necessidade do trabalho flexível e qualificado com certeza será mais intensa. E a mola propulsora do processo de seleção de mão-de-obra é o conhecimento. Pode se afirmar que essa é a forma pela qual o capitalismo se organiza atualmente.

Assim, tem se uma economia guiada pelo capitalismo, e que exige da instituição escola "compromisso para formar pessoas com conhecimento, destrezas, procedimentos e valores de acordo com essa nova filosofia econômica". (TORRES SANTOMÉ; 1998. pág. 20) Essa concepção de conhecimento deve ser analisada e compreendida como elementos fundamentais para potencializar as exigências do mercado.

É de fundamental importância lembrar que, a escola não é uma empresa, que visa lucro, produção, que funciona no modelo de máquina, que ao ser detectado um problema ajusta-se um parafuso e tudo volta a mover-se bem, com regularidade. A escola é composta por atores (alunos, pais, professores e funcionários) dotados de potencial humano, que possibilitam a legitimação da instituição.

O século XXI tem sido visto como o século da informatização e da sociedade no sistema educacional. As recentes reformas do sistema de ensino investiram em propostas como: autonomia das unidades escolares, descentralização, reorganização da proposta da formação continuada de educadores, avaliação institucional, flexibilidade nos currículos, com a intenção de atender a demanda.

Os atores que compõem a instituição escola, necessitam notavelmente de redefinir, refletir, rever alguns conceitos, principalmente sobre como usar o potencial humano que possui, com o intuito de fortalecer os sistemas democráticos e abrir uma nova etapa no desenvolvimento econômico e social.

CAPITULO IV

O PARADOXO ENTRE O LEGAL E O REAL

Existe uma discrepância entre o que é proposto pela lei, e o que é vivido na realidade pela instituição escola. Na **Lei Complementar n º 49 de 1998, a Gestão Democrática do Ensino**, é legitimada. Nesta lei reza o seguinte:

Art. 51. A Gestão Democrática do Ensino, entendida como ação coletiva, principio e prática político-filosófica, alcançará todas as entidades e organismos integrantes do Sistema Estadual de Educação e da Gestão Única de Educação Básica, abrangendo:

I – Conselho Estadual de Educação;

A função deste, é legitimar a educação do Estado, solucionar as falhas existentes, criar métodos com base na lei para que o índice de retenção , desistência, defasagem idade série, seja reduzido, ou seja, que o analfabetismo seja erradicado, de forma que o país conquiste mais respeito pelos órgãos internacionais.

II – Fórum Estadual de Educação;

É no Fórum, que serão levantadas todas as discussões, sobre as deficiência, toda a realidade dos municípios, para a elaboração do PEE (Plano Estadual de Educação), que vai definir o PME (Plano Municipal de Educação), de cada município.

É uma incoerência, do Estado de Mato Grosso, ainda não ter elaborado o PEE, enquanto a maioria dos Estados brasileiros já o possuem . De acordo com a legislação os Estados tinham um tempo determinado para a elaboração desse plano, para a organização dos municípios. Mas, alguns municípios como Pontes e Lacerda, não puderam aguardar o Estado e já providenciaram seu PME, tendo em vista, que algumas liberações de recursos financeiros estão diretamente vinculado as existência do PME.

O ideal é que, o PME, esteja em consonância com o PEE, que consequentemente deverá estar também de acordo com o PNE, ou seja, é de fundamental importância que os três estejam imbricado.

III – Conselhos Deliberativos das Comunidades Escolares, com participação da comunidade escolar, na forma da lei.

Entende-se, dessa forma, que a democracia se legitimará dentro das instituições públicas, com o intuito de se tornarem "autônomas", o que é um pensamento ingênuo por parte do servidor que se deixar levar por essa "bondade espontânea" do Estado, essa autonomia não passa de uma simples transferência de responsabilidades.

Parágrafo Único. A Gestão Democrática norteará todas as ações de planejamento, elaboração, organização, execução e avaliação das políticas educacionais, englobando:

I – Conferência Estadual de Educação;

Na qual se juntam delegados de ensino, representantes de escolas do interior, para definirem prioridades a serem atendidas com o intuito de aprimorar o ensino público.

II – Plano Estadual de Educação;

O que vai determinar procedimentos, a serem tomados, para que se tenha uma educação de qualidade, para que as falhas sejam de fato eliminadas.

III – indicação de diretores de escola, com participação efetiva da comunidade escolar, adotando o sistema eletivo, mediante voto direto e secreto, e na forma de lei específica;

O que vem acontecendo, a algum tempo, é a candidatura de uma única pessoa para o cargo de direção, não havendo concorrência, literalmente ninguém quer ter responsabilidade com o processo.

Essa falta de envolvimento, da parte da comunidade, talvez seja resultado de uma burocracia, às vezes desnecessária, pois, se a escola precisa tomar alguma decisão, já vem do órgão superior, opção "a" e "b", a escola não possui a liberdade de criar uma terceira opção de acordo com sua necessidade.

O que é comum acontecer, nas unidades escolares, é professores e funcionários se reunirem, para escolher um único candidato e o "apoiarem", durante o período da eleição.

IV – elaboração de regimentos escolares;

VII – respeito à autonomia de organização dos segmentos da comunidade escolar.

A palavra respeito, é um verbo na primeira pessoa do presente do indicativo, citado no inciso acima e que referenda imposição, submissão, acatamento, ou seja, determinação para ser acatada alguma decisão, mas essa decisão não foi feita pela escola, e sim estabelecida pelo órgão central.

É constante o uso da palavra autonomia, dentro das disposições da lei, é possível acreditar que exista uma tentativa de indução por parte do Estado, com uma tentativa de fazer "política de boa vizinhança".

No Art. 53, fica explícita a autonomia da escola, cujo conceito já foi discutido no capítulo anterior. A lei prevê, afirma, determina, que a escola é responsável por si mesma, que pode tomar decisões, que com certeza estará visando a melhoria da instituição. Mas, as propostas que a escola recebe e é convidada a decidir, já vem pré-determinada pelo órgão superior. No "Art. 53 Fica assegurada, às unidades de ensino, autonomia político- pedagógica e administrativa". (LOPEB, 1998, p. 44) Mas essa autonomia, fica apenas na lei, é vetado pelo próprio Estado essa legitimação dentro da escola.

A escola, enquanto instituição de ensino, composta de cabeças pensantes, não têm a necessidade de passar por um processo "importado" de avaliação. Esse processo de avaliação poderia e deveria, ser efetivado dentro da própria unidade escolar pelo CDCE, de modo que fosse feita publicação dos resultados obtidos. A avaliação, tem que ser efetivada de dentro para fora, e jamais de fora para dentro. Assim, as falhas estarão sendo apontadas, dentro da própria escola. E acredita-se que a correção das falhas é do interesse da comunidade escolar uma vez que o profissional só impõe respeito, através da qualidade do seu trabalho.

A ação desenvolvida pelo CDCE, de agir de dentro para fora, seria uma das atitudes inteligentes e necessárias para a melhoria da educação. A escola funcionará bem, a partir do momento que houver embricamento das partes, e não trabalharem de forma fragmentada, é preciso que haja uma seqüência de fatores que vão contribuir para o sucesso do processo.

No **§ 1º do Art. 53**, dispõe sobre :

§ 1º A autonomia da escola pública se efetivará através de organização e funcionamento dos Conselhos Deliberativos da

Comunidade Escolar. Do rigor na aplicação dos critérios democráticos para a escolha do diretor de escola e da transferência automática e sistemática de recursos às unidades escolares, na forma da lei.

Novamente se fala em autonomia, neste parágrafo fica claro, a intenção de ludibriar o leitor, pois, essa autonomia se legitimará através da efetivação do CDCE, mas o mesmo tem limitações dentro da lei, assim pode-se fazer o questionamento: Como se dá essa autonomia? Ela existe?

Verificando a realidade, na escolha para diretores, nas escolas públicas, é muito difícil encontrar alguém que queira se candidatar para o cargo, normalmente é candidato único, resultado de uma burocracia desnecessária. Se um interino tiver o interesse em se candidatar, não pode, pelo motivo de ser interino, o profissional pode ter qualidades que o profissional efetivo não tenha, porém, é impossibilitado de pleitear as eleições.

Ao afirmar, que "da transferência automática e sistemática de recursos às unidades escolares, na forma da lei", esta claro e definido, que a lei vai limitar todo o processo, a palavra automática está impondo, está sendo determinada a transferência de responsabilidade à escola, e o processo se dará de acordo com a determinação da lei, tendo em vista, que o sinônimo de sistemática é o mesmo que taxinomia, que designa classificação do que deve ser feito.

No **§ 2º** dispõe o seguinte:

§ 2º Os regimentos de cada estabelecimento de ensino devem regular sua organização administrativa, pedagógica e disciplinar. Ou seja, todo o regulamento de que essa instituição dispõe deve estar registrado de acordo com a lei, para ser legitimado, enquanto regime de organização.

Do **§ 3º** dispõe sobre:

§ 3º Objetivando aperfeiçoar as condições de ensino, os estabelecimentos poderão estabelecer formas de colaboração mútua em todas as áreas em que as partes convierem.

Neste parágrafo, fica claro que a escola pode fazer parcerias com a sociedade, visando "apenas", o aperfeiçoamento do ensino. Novamente, é ingenuidade dizer que o Estado esta visando a qualidade da educação, mas sim, está buscando dividir a responsabilidade com a sociedade.

O **§ 4º** dispõe sobre:

para escolha do diretor e da transferência automática e sistemática dos recursos às unidades escolares.

Ao se falar de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, no inciso **II**, a primeira impressão que se tem é que realmente é possível, ou é verídico essa autonomia. Mas, se o leitor for munido do mínimo de criticidade, verá que está sendo ludibriado.

Se a escola possui autonomia pedagógica, para que tanto rigor na matriz curricular,a saber, o modelo já é mandado do órgão central, para que pensar num modelo de matriz para atender todo o país, se cada região "necessita" de uma matriz para atender sua realidade. Para administração, também não é diferente, tudo que vai ser feito precisa está estabelecido pela lei.

Para que a escola possa gerenciar, o recurso financeiro escolar, seja do PDE, PDDE, recurso próprio, ou qualquer outra forma, seja doação ou promoção, é preciso que o CDCE se organize de acordo com os moldes do Estado, com prestação de conta, com tombamento de bens, independente de ser adquirido com recurso do Estado ou com recurso próprio, o Estado cadastra como bem público da instituição. A lei diz que, toda autonomia está vinculada ao CDCE, as regras e as normas a serem seguidas estão postas, e com o CDCE, se torna mais fácil o controle do Estado, alguém precisa ser responsabilizado pelas ações da escola.

O **Art. 3º** dispõe do seguinte: A administração das unidades escolares será exercida pelo diretor, em consonância com as deliberações do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, respeitadas as disposições legais.

O Estado ludibria o indivíduo todo o tempo, neste artigo fica subentendido que diretor e membros do CDCE, possuem liberdade para definir o que é melhor para a instituição. Mas, em seguida fecha a lacuna afirmando que tudo que for feito dentro da instituição precisa estar dentro da legalidade, de acordo com o que rege a lei.

Parágrafo Único. Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta lei, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis por alunos, os profissionais da educação em efetivo exercício no estabelecimento de ensino.

Assim, percebe-se que, essa comunidade só comparece à escola e é considerada comunidade na sua totalidade, para a escolha de diretor e

formação do CDCE, para o cumprimento da legislação, porém, o segmento de pais e alunos não se atinge nem mesmo sessenta por cento de presença . Depois de passada, estas duas ocasiões, a comunidade é esquecida pela escola. Esse esquecimento pode ser ocasionado talvez, por falta de esforço, ou habilidade da instituição em mantê-la mais próxima da escola, ou a própria comunidade se encontra mais confortável distante da escola.

Na escolha de membros do CDCE, também não se encontra candidatos para os cargos, às vezes é preciso sugerir alguns nomes, para que a comunidade os apóie. Esse processo acontece como uma "indicação" de um colega que já está no cargo que quer descansar, ou de outro que não quer se envolver no processo, ou mesmo pela direção, ninguém se disponibiliza para os cargos, assim, o processo democrático não se legitima enquanto democracia.

Um fator a ser considerado, é a falta de conhecimento que perpassa o segmento pais, funcionários e alunos em relação a direitos e deveres. O nível de escolaridade, dificulta o envolvimento dos membros dessa comunidade no processo democrático escolar, não se sentem seguros para emitirem nenhum parecer a respeito de qualquer assunto que são convidados a discutir na escola enquanto pais e alunos, e enquanto membros do CDCE.

E mesmo quando fazem parte do CDCE, não são ativos, o nível de instrução dos membros, não lhes dá segurança para questionar e levantar discussão sobre os assuntos em pauta, assim, acabam sendo direcionados pela decisão dos outros membros, às vezes de forma inconsciente, mas acabam sendo induzidos.

As reuniões não acontecem com regularidade, para tratar de todos os assuntos e na maioria das vezes não são realizadas porque não da córum. As pessoas não têm a disponibilidade da qual a escola necessita, para atender todos os assuntos específicos, assim, acabam tratando as prioridades e nunca fazendo uma trabalho de prevenção.

Para finalizar este trabalho, foram analisadas atas de reuniões da escola São José do ano letivo de 2004 e 2005, com o intuito de comprovar quais as finalidades das reuniões do CDCE, e ficou claro que o CDCE se reúne apenas para definir o financeiro da escola, quando sua função não se restringe e nem é tão limitada a esse ponto. Os encontros do CDCE, na maioria das vezes, ou

pelo menos a realidade da referida escola, acaba se reduzindo às discussões sobre o que se compra, e o que tem a pagar.

Nas atas, que estão em anexo também fica claro, a problemática da escola em relação a promoções para se manter, por falta de recurso financeiro. Nesses encontros, foram observados que no ano de 2004 o CDCE se reuniu apenas oito vezes e a pauta dessas reuniões se limitaram à discussão dos recursos do PDE E PDDE, e poucas foram as vezes que se discutiu algum outro problema.

CONCLUSÃO

Após o estudo feito, percebe-se que algo mais precisa ser desenvolvido com urgência no processo educacional, para que se atinja o "mínimo" de qualidade, porque no momento não está sendo percebida.

Da forma como esta posta a situação, os problemas educacionais, não serão solucionados pelo Estado, pois não existe um modelo, uma receita, para determinado problema, mas existem diversidades que merecem uma atenção especial. A escola, precisa aceitar a diversidade existente no seu âmbito, e encontrar formas de trabalhá-la, utilizando o conhecimentos de todos que nela chegam.

O Estado propõem uma situação totalmente fora da realidade, impossível de se obter sucesso, ao término do processo. Outro problema, pode está, na forma que o profissional conduz o processo, totalmente sem estímulo. Isso pode ser apontado no geral sem exceção, pois, o sucesso da escola depende do todo e não das partes. A impressão que se tem é que o professor ou profissionais não sabem o que fazer para solucionar os problemas atuais.

Apesar, do funcionamento escolar, depender do geral, os profissionais ainda estão bitolados ao passado, e não consegue perceber que a melhoria do ensino depende da condução do processo, mesmo que seja ínfima, porque o Estado precisa entrar com a maior parte, mas os mesmos podem contribuir com uma parcela, para a obtenção do sucesso tão desejado na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. __Coleção primeiros passos.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** . 2ª ed. Rio de Janeiro, 1989.

BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade brasileira:** e uma proposta alternativa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CURY, Carlos R. Jamil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**__ 9.394/96. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

EDUCAÇÃO,Secretaria de Estado. **Diretrizes educacionais**. Central de texto. Cuiabá: 1998.

ESPÍNDOLA, Ana Lúcia. GHIRALDELLO, **História da Educação:** em três momentos da Historia do Brasil: Período Colonial, Período Republicano e Primeira República. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

FERNANDES, Francisco. **O Globo**. São Paulo: Globo S.A, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nau , 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graau, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola Estado e sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1986.

GIROUX, Henry A. McLAREN, Peter. Formação do professor como uma contra- esfera pública: A pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: Moreira, A. Flávio; Silva Tomaz Tadeu orgs. **Currículo Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

HUBERMAN, Leo. **Historia da riqueza do homem**. 21ª ed. Rio de Janeiro, Revista, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** Teoria e Prática. 3ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MARTINS, Ângela Maria. **Autonomia da escola**: a (ex)tensão do tema nas políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil:** contos e descontos. Ceilândia DF: Idéia , 1997.

MORIM, Edgar. **Educação e complexidade:** os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSENFIELD, Denis L. **O que é democracia**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. __ Coleção primeiros passos.

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quatro, às dezenove horas, reuniram-se em assembléia os membros do CDCE, com o objetivo de analisar os serviços da escola durante o mês de (janeiro) digo, fevereiro. A reunião foi realizada nas dependências da Escola Estadual São José, situada à avenida Mato Grosso, e Rua cinco, 1966. Presidida pela profª Simone de Paula Rocha que deu início argumentando sobre as atividades realizadas nesse mês e também sobre a questão da merenda escolar, que o estoque está se esgotando e não for liberado os recursos não vai ser servida merenda, pois segundo a Presidente não terá como comprar os ingredientes [illegible]. Em seguida o diretor Prof. Gonçalves fez um relato sobre as ações realizadas no mês de janeiro e fevereiro, para que a escola pudesse funcionar normalmente, que foram as instalações elétricas da secretaria, refeitório interligando do padrão da quadra de esporte, ficando a mão de obra em 150,00 e materiais na loja, tudo isso está devendo e também a instalação do PABX, 03 ramais. A seguir o diretor passou a palavra para o tesoureiro (a) Profª. Idelmar Rodrigues da Silva, repassar os valores pagos dos serviços realizados na escola, pelo Conselho Deliberativo. Também outros serviços que não foram pagos, os valores estão relatados em livro próprio. O valor total que a escola deve é de R$ 2.656,80 (Dois mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos). Continuando, o diretor argumentou os valores da dívida é grande, mas que não teve como não fazer, para que a escola funcionasse. Devemos encontrar uma alternativa para o pagamento. Uma parte será paga com o repasse bimestral e outra deverá ser feita uma promoção para o sanar o restante. Está ~~[illegible]~~ prevista uma festa para o dia 17 de abril. Precisamos organizarmos para para que

possamos realizar essa festa. Essa festa já no calendário da escola. A seguir, o diretor argumentou os projetos a serem realizados durante o ano, como jardinagem, laboratório de informática, e bombeiros, também, sobre a nova reforma dos alunos que será passada nas salas de aula 05 (cinco) modelos para serem votados pelos alunos. A seguir, a profa. Simone, argumentou sobre a reunião do SINTEP que aconteceu hoje a tarde e foi decretado a greve geral dos professores. A Escola São José realizará uma reunião na segunda-feira para analisar o assunto. Não havendo nada mais a ser tratado, a Presidente do CDCE, Simone, agradeceu a presença, bem como o diretor fez seu agradecimento, encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus Martins de Azambuja, secretário, lavrei a presente, que vai assinada por mim, pela Presidente do CDCE, pela Diretora da Unidade Escolar e pelos demais membros conselheiros. Juvenal Cunha, Simone de Paula Rocha Souza, Maria Jesus Silva, Ana Maria Alves Marques Silva, Maria Aparecida M. de Lima Dias, Ana Maria R. Zanetti, Ana Cristina S. Menezes, Evenidia Gonçalves do Silho, Edelma Rodrigues da Silva.

REUNIÃO
ATA DE EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR.

Aos tres dias do mês de março do ano dois mil e quatro, às quinze horas e trinta minutos, reuniram-se juntamente com a direção os membros do Conselho Deliberativo desta Escola, para tratar de assunto que não era do conhecimento do Conselho atual, até esta data, inerente a situação funcional de Patrícia M. Coelho Ruppin à referida funcionária, segundo o que consta, em acordo com a direção anterior, representada pela prof. Flavia Wonsoski e o secretário, Jesus Jo. de Azambuja que Patrícia, técnico Administrativo poderia estar colocando substituto num período de 01/12/03 à 05/12/03 para resolver problemas particulares. Para dar andamento do assunto ficou decidido uma nova reunião, em que deverá ser assinado um relatório final sobre a posição da referida funcionária, por todos os envolvidos, estando presente o CDCE, a direção escolar anterior e a atual, a parte interessada Patrícia Moreira Coelho, contando ainda com a presença do Assessor Pedagógico do município. Não havendo nada mais a ser tratado, o diretor Prof. Gonçalves encerrou a presente reunião. Eu, Jesus Jo. de Azambuja, secretário do CDCE, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelo Diretor, pelo presidente do CDCE e demais presente Jaures Alves, Simone de Paula Rocha Souza, Evandro Gonçalves da Silva, Edelma Rodrigues da Silva, Ailton F. Lemes, Ana Cristina Domingos

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Aos nove dias do mês de março do ano dois mil e quatro, às quinze horas e quarenta minutos, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e Direção / Escolar, com o objetivo de resolver assuntos relacionados ao Pessoal Administrativo da Escola. A reunião foi realizada na sala do diretor, com a presença de todos os envolvidos, sob a presidência do diretor Prof. Gonçalves, que iniciando argumentou sobre a reunião anterior e como proceder. O objetivo da reunião é para finalizar o assunto em aberto / na última em relação a funcionária Patrícia Moreira Coelho Ruppin, que pagou substituta no período de 01/12/03 a 05/12/03, chegamos juntamente com os presentes a conclusão que não se fazia necessário convocar as pessoas citadas na ata anterior, tendo em vista que o período / que a mesma se ausentou pagando substituta para ficar em seu lugar não acarretou prejuízo algum para / a unidade escolar, pois foram somente 05 (cinco) dias. Não havendo nada mais a ser tratado, o diretor agradeceu a presença de todos, encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus Martins de Sambuja, secretário, lavrei a presente / ata que vai assinada por mim, pelo Diretor da Unidade Escolar, pelo Presidente do CDCE e pelos demais presentes. Jucimara, Erenildo Gonçalves da Silva, Simone de Paula Rocha Souza, Alton Ferreira Lemes, Ana Cristina S. Menezes, Patrícia Moreira Coelho Ruppin, Edelma Rodrigues da Silva.

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

Aos oquinze dias do mês de abril do ano de dois mil e oquatro, às 19:45 (dezenove horas e oquarenta e cinco minutos), reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e Direção Escolar, com o objetivo de passar as informações do Repasse da Merenda Escolar. A reunião foi realizada na sala da direção e coordenação, com a presença de todos os convidados sob a presidência, digo a abertura com a presidente do Conselho a Profª Simone, informando que a verba repassada à Escola não é o suficiente para atender a todas as crianças e a mesma cumprir com os dias estipulados/programados. A profª Simone pediu e agradeceu ao mesmo tempo a participação de alguns membros na participação dos Repasses desde a saída para compra de mantimentos até a Prestação da mesma para o brido enviou à Cuiabá, foi apresentado como foi recebido o material da merenda, sendo essa por uma pessoa responsável da cozinha e da limpeza por outra pessoa que é responsável pela chave da dispensa e sendo controlada pela mesma. A maneira como está sendo trabalhada foi aceita por todos e concordam. O valor do Repasse não é mesmo para todos os anos, foi explicado pela tesoureira Adelina a forma como é liberada que é pelo, digo, através do Censo do ano anterior, e o que é levado em consideração somente o número de alunos. O diretor Profº Gonçalves ressaltou que como está sendo encaminhada é o correto e qualquer dúvida que porventura vier a surgir, temos essas mãos os documentos que comprovem.

Continuando com a palavra a tesoureira Idelma, falando (falou) sobre a verba do Repasse Bimestral que a mesma seria distribuída em quatro elementos e para cada item que seria utilizado no que foi informado no PDE. A profa Simone pediu para que todos participassem desde da compra dos materiais até o recebimento do mesmo, sabemos que é difícil, mas é preciso que cada professor pelo menos uma vez acompanhasse. Sem dúvida sobre esse assunto, o diretor tomou a palavra pela, digo, para falar da festa que será realizada no próximo dia 24 (vinte e quatro), com o tema de Show-baile "Boiba Caniço", que o preparativo para a festa está sendo realizada por alguns colaboradores, com muito entusiasmo, e que já foram arrecadados vários produtos e contribuição financeira de feirantes do comércio. Foi iniciada uma gincana entre os pilares para arrecadar produtos. O objetivo da festa será para saldar a dívida (pendente) (atual) dos vidros da secretaria e iniciar a (pintura), essa é a expectativa da mesma para que possamos cumprir (realizar) esses objetivos. O diretor ressaltou que teremos a presença de muitas (duplas) de cantores. Não havendo mais nada a ser tratado, o diretor e os membros do conselho agradeceu a presença de todos, encerrando a (esta) reunião. Eu, Raquel Martins Silva, vice secretária do conselho, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelo Diretor da Unidade Escolar, pela Presidente do CDCE e pelos demais presentes. (Raquel Martins S.Silva, Simone de Paula Rocha Souza, Maria Aparecida M. de Paiva Dias, Ana Maria Alves Marques Silva, Marlis Jesus Silva, Ana Maria R. Zanetti, Cleide Odete M. Presutto,

Idelmia Rodrigues da Silva, Evenildo Gonçalves da Silva.

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro às dezenove horas e trinta minutos, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da Comunidade e a Direção Escolar, com o objetivo de apresentar as informações do Repasse Bimestral no valor de R$ 4.309,00 (quatro mil e trezentos e nove reais) e da Verba Escolar no valor de R$ 5882,50 (cinco mil, oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos) referente ao 2º Repasse e também sobre a prestação da festa do dia 24 de abril - Baile Caipira - com o resultado do valor líquido de R$ 3.558,70 (três mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos) sendo este investido para a melhoria e manutenção da escola conforme a documentação exibida. Em seguida o diretor está falando sobre os andamentos da reforma dos pátios em relação ao horário de entrada e do uniforme, que no geral a maioria está cumprindo seus problemas. E que teremos em setembro do ano corrente outro baile, promovido pela escola que de acordo com o primeiro que foi ótimo a próxima será com certeza melhor. Findo com a palavra o diretor informou que teremos mais dois eventos a participar, sendo o primeiro no dia 04 de junho na praça Miguel Gaiardoni "Feira do Meio Ambiente" e o segundo será o 2º Pipocão, digo Pipirão que será nos dias 10, 11 e 12 próximo no Parque de Exposição com a participação de todas as escolas em geral, nesse evento a escola passou para os dois 3º ano do Ensino Médio para preparar, trabalhar e poder arrecadar verba para a formatura.

Tevemos a nossa 1ª reunião no dia 24 do presente mês. E foi passado à todos que adquirimos uma caixa de material duradouro e livros didáticos de Espanhol não havendo mais o que tratado, o diretor agradeceu a presença de todos e encerrando a sessão, Eu, Raquel Martins Silva, secretária do conselho, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelo diretor da Unidade Escolar, pelo presidente do CDCE e pelos demais presentes Raquel Martins Silva, Edelma Rodrigues da Silva, Elmara de Paula Rocha Borja, Cleide Odete M. Pizzitto, Erenildo Gonçalves da Silva, Ana Maria Alves Marques Silva, Ana Maria Padelo Zanetti, Marly Jesus Filho, Milton Ferreira Gomes.

Ata de reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da E.E. São José.

Aos oito dias do mês de julho do ano dois e quato as dezenove horas e trinta minutos reuniram-se em assembléia, os membros do CDCE, direção escolar com a finalidade de discutir assuntos administrativos da escola. A reunião foi realizada nas dependências administrativa da E.E. São José, situada à Av. Mato Grosso, 1966 e contou com a presença de todos os membros do CDCE. Presidida pela professora Simone de Paula Rocha, que abertura à reunião, argumentando sobre os representante de pais a Sr. Ana Cristina Menezes que está se transferindo por motivo de mudança e precisa-se ver a sua situação. Em seguida passou a palavra para a Tesoureira Idelma Rodrigues, para informar as compras efetuadas com os recursos financeiros do 2º repasse bimestral do PDE. Foram efetuados compras do material de consumo, equipamentos e material permanente, Pessoa Física e Pessoa Jurídica. Os valores estão contido no PDE, R$ 4.209,00 (Quatro mil, duzentos e nove reais). A seguir, a palavra ficou o prof. Gonçalves, diretor, que agradeceu o empenho de todos os conselheiros nas ações desenvolvidas durante esse semestre. Continuando, o diretor argumentou sobre a instalação da rádio - Projeto Agente Jovem, que está em fase de complementação, dos materiais e equipamentos, que estão faltando. Uma parte dos recursos estão sendo levantados pelos próprios alunos. A mesa de som de 04 canais já foi adquirida com os recursos do PDE. Outro assunto foi o projeto de jardinagem que está sendo desenvolvidos na escola, já foi adquiridos algumas mudas de árvore e palmeirinhas e colocados no pátio. Também foi adquirido terra preta para fazer mudas de pingo de ouro. O projeto da horta "Quintal Produtivo" está sendo desenvolvido relativamente bem, com frutos do trabalho dos alunos e dos professores e já está produzindo hortaliças para a merenda escolar.

Sobre os recursos da Merenda Escolar está cumprindo os 53 dias que planejados para servir. Continuando, o diretor argumentou sobre a realização de uma festa na escola e necessita da aprovação do CDCE para que aconteça no mês de setembro para levar em pauta na reunião de diretores. Após a uma discussão ficou aprovado pelo CDCE para o dia 18 de setembro do corrente ano. Outra promoção da escola "Feira Cultural" deve ser discutida uma data para ser realizada. Ficou definido o mês de novembro faltando apenas a data sendo numa sexta-feira. Em tempo: uma correção sobre o dia da festa, que será no dia 04/09/04. Outro assunto que o (assessor) diretor argumentou foi sobre as suas férias, que definido em ata do CDCE no início de ano. As férias do diretor está definido para o mês de setembro/04. Não havendo mais a ser tratado a prof. Simone de Paula Rocha, Presidente CDCE, retomou a palavra, agradeceu a presença de todos, encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus Martins de Azambuja, secretário, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pela/o Presidente, diretor escolar e demais presentes: Jaime Cruz, Simone de Paula Rocha Souza, Maria Aparecida M. de Farias Dias, Edelma Rodrigues da Silva, Heidi Odete Malagutti Presutto, Ana Maria Alves Marques Silva, Ana Maria Rabelo Zanette, Marly Jesus Silva, Ernesto Gonçalves da Silva,

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

Aos vinte dias do mês de setembro do ano dois mil e quatro, as quatorze horas, reuniram-se em assembléia os membros do Conselho Deliberativo, e com a finalidade de tratar de assuntos relacionados as atividades realizadas durante esse semestre. A reunião foi realizada nas dependências administrativas da Escola Estadual são José, situada à Avenida Mato Grosso 1966, Bairro São José, com a presença de todos os membros do CDCE. Iniciando, o Diretor professor Gonçalves agradeceu o comparecimento de todos e argumentou sobre o assunto à ser tratado, como os recursos do PDE e a Festa realizada no dia 21 de agosto/04. Em seguida, o diretor passou a palavra p/ coordenadora Idelma Rodrigues, tesoureira do CDCE para fazer a leitura da prestação de conta do 3º repasse bimestral/2004, conforme relatório entregue para os membros do CDCC. Também foi relatado sobre as contas pagas e as contas a pagar. A seguir, o diretor Gonçalves argumentou sobre a verba federal, que ainda estão aguardando. Em seguida a tesoureira do CDCC entregou o relatório do resultado da festa para os presentes, argumentando sobre o mesmo. Também foi argumentado sobre os recursos e prestação de conta da cantina escolar pelo Diretor profº. Gonçalves. Continuando o diretor argumentou sobre o projeto da Rádio "Agente Jovem" que está pronta e aguardando um momento para a inauguração junto a comunidade escolar e a imprensa (ficando) previsto para a próxima 5ª feira dia 23/09/04. Também foi comentado sobre o conjunto de fanfarra da escola, que já um projeto montado para aquisição dos instrumentos para colocar em funcionamento no próximo ano. Outro assunto foi a preparação do lanche no dia das crianças, sugerido pela professora Simone Presidente CDCE. Não havendo nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião a seguir após agradecimentos do Presidente CDCC e Diretor da Unidade Escolar. Eu, Jesus Martins de Gramboja, secretário CDCE, lavrei a presente ata que será assinada

por mim, pela Presidente, pelo diretor e demais presentes.
Jesus Martins de Araújo, Idelma Rodrigues da Silva, Simone de Paula Rocha Souza, Ana Maria Alves Marques Silva, Marli Jesus Silva, Ana Maria Zabele Zanetti, Maria Aparecida Marcelino de Paiva Dias, Cleide Odete M. Presutto, Eronides Gonçalves da Silva.

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da E.E.: São José.

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, às vinte horas, reuniram-se em assembléia os membros do Conselho Deliberativo e com a finalidade de tratar assuntos relacionados as verbas dos repasses tais como: federal e da última festa.

A reunião foi realizada nas dependências administrativa da Escola Estadual São José, situada à Rua Mato Grosso, 1.966, bairro São José; com a presença de todos os membros do CDCE. Iniciando, a presidente do Conselho Simone relatou sobre o assunto a ser tratado e passou a palavra para a tesoureira Selma que fez a explicação das verbas recebidas e onde e como foram gastos com a devida documentação (NFs). A seguir o diretor Gonçalves esteve com a palavra explicando e mostrando através de NFs do material que já fora comprado da verba federal. Em seguida a tesoureira tratou também sobre o resultado da festa que foi realizada no dia 21 de agosto e da rifa da bicicleta e onde foram empregados. Fora relatado sobre a nossa V Mostra Cultural que abordará sobre as danças típicas de vários países que será realizada no dia 03 de dezembro que contará com a presença da TV para acompanhar esse evento bem a preparação até a realização da mesma, relatou o diretor. Não havendo mais a ser tratado, foi encerrado a seguir a reunião, após agradecimentos da Presidente do CDCE, da tesoureira e do diretor da unidade escolar. Eu Raquel Martins Silva, vice secretaria do Conselho,

Lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelo diretor da Unidade Escolar, pela presidente do CDCE e pelos demais presentes. Rosiel Martins Silva, Simone de Paula Rocha Souza, Edelmira Rodrigues da Silva, Ana Maria Alves Marques Silva, Maria Aparecida M. de Paiva Dias, Ana Maria Rabelo Zanetti, Marli Jesus Silva, Ernidio Gonçalves da Silva,

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e quatro, às oito horas, houve uma reunião extraordinária com a finalidade de assinar o Termo de Doação dos equipamentos e mobiliários adquiridos ou produzidos com recursos financeiros do PDDE referente aos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003, de com o Ofício de solicitação nº 004/SEDUC/FEE/04. Iniciando a reunião, a professora Simone de Paula Rocha, Presidente do CDCE, apresentou o relatório dos materiais adquiridos para o diretor Erenídio Gonçalves e demais membros do Conselho, para análise e conferência dos mesmos. Após a essa análise foi assinado o termo de doação juntamente com duas testemunhas. Em seguida, os membros conselheiros passou a discutir o percentual que a escola deseja receber em 2005, em relação aos elementos de Capital e custeio. Após alguns minutos foi decidido o percentual de 25% (vinte por cento) para capital e 75% (setenta e cinco) para custeio, que corresponde a R$ 2.275,00 (Dois mil, duzentos e setenta e cinco reais) e R$ 6.825,00 (seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais) para capital e custeio respectivamente. Esses cálculos são baseados de acordo com os valores equivalentes a R$ 9.100,00 (Nove mil, e cem reais) recebidos no ano de 2004. Não havendo nada mais a ser tratado, o (a) Presidente do CDCE agradeceu a presença de todos encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus Martins de Azambuja, secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada por mim, pelo presidente do CDCE, pelo diretor da Unidade Escolar e pelos demais membros presentes. [illegible], Idelma Rodrigues da Silva, Erenídio Gonçalves da Silva, Ana Maria Alves Marques Silva, Ana Maria Rabelo Zanetti, Mari J. Silva, Raquel Martins Silva, Simone de Paula Rocha Borges

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ

Aos quatro dias do mês de março do ano dois mil e cinco, às dezenove horas, reuniram-se em assembléia os membros do Conselho Deliberativo, com a finalidade de tratar de assuntos específicos sobre o PDE. PDDE. A reunião foi realizada nas dependências da Escola Estadual São José, situada a Av. Mato Grosso, nº 1966, Bairro São José, nesta cidade e presidida pela professora Simone de Paula Rocha, presidente do C.D.C.E. Iniciando a Presidente fez argumentos sobre o dia / para as reuniões do CDCE, que deverá ser mudado, ficando / definido para a última segunda-feira de cada mês, às dezesseis horas. Continuando, a palavra foi passada para o professor Gonçalves, que argumentou sobre os repasses bimestrais do PDE, havendo um aumento em relação ao ano anterior, bem como o repasse da Merenda Escolar, que a partir deste ano será / mensal. Os valores do 2º (repasse) e 3º repasse serão discutido na segunda feira para fazer o fechamento sobre os equipamentos a serem adquirido. Em relação ao PDDE ficou definido que será adquirido um CPU nos valores destinado ao Capital. / Quanto ao restante será definido na segunda-feira. Não havendo nada mais a ser tratado a Presidente retomou a palavra agradeceu a presença de todos encerrando a seguir a reunião. Eu Jesus Martins de Azambuja, secretário lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelo (a) Presidente (a) do CDCE e pelos / membros. Jesus Cruz

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DO E. E. SÃO JOSÉ

Aos dois dias do mês de junho do ano dois mil e cinco, às dezenove horas e quarenta minutos, reuniram-se em assembléia os membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, com o objetivo de tractar de assuntos referentes a administração escolar. A reunião foi realizada nas dependências administrativas da E. E. São José, situada à Avenida Mato Grosso, esquina com a Rua Terezinha Coura Garbim, 1966, Bairro São José e foi presidida pela professora Simone de Paula Rocha que iniciou a reunião cumprimentando os presentes e em seguida passou a palavra para o Diretor professor Eronídio Gonçalves que argumentou sobre os repasses da Merenda Escolar que chegará todo o dia 03 (três) de cada mês. Em relação aos gêneros alimentícios, como leite, a partir deste ano quem está fornecendo é a COOPONOROESTE. Em seguida o diretor apresentou aos presentes, as notas de controle da aquisição dos gêneros alimentícios, dos principais fornecedores, como Supermercado FAVORITO e fornecedores de pães, etc. Também foi apresentada as notas do 1º repasse bimestral, com saldo devedores em alguns lugares e haver em outros. As dívidas serão pagas com o próximo repasse, que deverá ser depositado até o final do mês de junho. Não havendo nada mais a ser tratado, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus Martins de Azambuja, secretário lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelo presidente CDCE e pelos presentes, Juvenis Alves, Simone de Paula Rocha Souza, Edilma Rodrigues da Silva, Maria Aparecida M. de Paiva Dias, Ana Maria Rabelo Zanetti, Marli da Silva, Ana Maria Alves Marques Silva, Eronídio Gonçalves do Prado.

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA E. E. SÃO JOSÉ

Aos sete dias do mês de junho do ano dois mil e cinco as oito horas, reuniram-se em assembléia os membros do CDCE nas dependências administrativas da Escola Estadual São José situada à Av. Mato Grosso, 1966, Bairro São José, com a finalidade principal de comunicar a solicitação de desligamento da função de diretor escolar desta unidade, a pedido do professor do Erenídio Gonçalves da Silva, pois o mesmo irá / assumir temporariamente a função de Secretário Municipal de Esportes e Lazer deste Município. A reunião foi convocada e dirigida pela presidente do CDCE, professora Simone de Paula Rocha Souza, que logo de início argumentou sobre o comunicado oficial de desligamento do cargo do atual diretor a partir / desta data e que possamos conduzir o processo de escolha de profissionais da escola para preenchimento do cargo em vacância. Segundo a Lei 7.040/98 no primeiro momento assumirá o cargo o coordenador pedagógico. Havendo impedimento para o que o coordenador assuma, será aberto / eleição entre os profissionais da educação da escola, a partir do dia 08/06/05. Não havendo nada mais a ser tratado, a presidente do CDCE encerrou a seguir a reunião. Eu Jesus Martins de Azambuja, secretário CDCE, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pela presidente e pelo demais / presentes. Juvens Cunha, Simone de Paula Rocha Souza, Erenídio Gonçalves da Silva, Marli J. Silva, Idelma Rodrigues da Silva, Ana Maria Alves Marques Silva, Ana Maria Rabelo Zanetti, Maria Aparecida Marcelino de Paiva Dias,

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA E. E. SÃO JOSÉ

Aos sete dias do mês de junho do ano dois mil e cinco às vinte horas, reuniram-se em assembléia os membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, CDCE, para com a finalidade de tratar de assuntos do processo de substituição do cargo de diretor da escola, devido o deslocamento do atual diretor professor Erenídio Gonçalves da Silva. A reunião foi realizada nas dependências administrativas da Escola Estadual São José, situada à Av. Mato Grosso, 1986, Bairro São José, e presidida pela professora Simone de Paula Rocha Souza, Presidente do CDCE, deu início a reunião argumentando sobre a vaga em aberto do cargo de diretor da escola, conforme comunicado oficial do professor Erenídio Gonçalves da Silva que a partir desta data não dirigirá mais a escola. A professora Simone de Paula, relatou a necessidade Urgente de proceder o processo de escolha do diretor. Primeiramente a presidente do CDCE para as coordenadoras pedagógicas, também membro do CDCE para se manifestar sobre a aceitação ou não do assumir o cargo de direção escolar, que a partir do 01/06/05 o cargo será do coordenador pedagógico para terminar o mandato até dezembro de 2005. A seguir a coordenadora Iddma Rodrigues da Silva, argumentou não poderá ocupar o cargo devido os problemas de saúde. Em seguida, fez uso da a coordenadora pedagógica Maria Aparecida M. de Faria Dias, que aceitou o cargo diretor(a) com a justificativa da necessidade essencial da escola e também com a colaboração dos colegas de trabalho e principalmente do Conselho Deliberativo. Não havendo nada mais a ser tratado, a Presidente do CDCE retomou a palavra, agradeceu a presença de todos, encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus Martins de Azambuja, secretário, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pela Presidente do CDCE e

pelos demais presentes Jaime Cunha, Simone de Paula Rocha Souza, Maria Aparecida M. de Paiva Dias, Marli J. Silva, Ana Maria Rabelo Zanetti, Edelma Rodrigues da Silva, Ana Maria Alves Marques Silva,

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA E. E. SÃO JOSÉ

Aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e cinco, às dezenove horas e cinquenta minutos, reuniram-se em assembléia os membros do Conselho Deliberativo com o objetivo de tratar de assuntos relacionados a escola. Esta reunião estava prevista para o último dia 27/06/05, transferida para o dia hoje. A presente reunião foi realizada nas dependências da Escola Estadual São José, situada à Avenida Mato Grosso, 1966, presidida pela professora Simone de Paula Rocha, presidente do CDCE, que deu início, argumentando sobre o atraso dos recursos do PDE e em seguida passou a palavra para a Diretora Maria Aparecida Dias que também argumentou sobre os problemas que estão acontecendo com o atraso da liberação dos recursos do 2º repasse bimestral bem como da merenda escolar. A seguir, a diretora comentou a festinha da turma 3º ano do ensino médio para arrecadar fundos para a formatura. Houve uma pequena discussão e chegou-se num consenso que para realizar a festinha, será preciso dois professores responsáveis pela turma, usar somente o espaço externo da escola, pátio, quadra esportiva; não será aceita bebida alcoólica de espécie alguma, o horário será das 14:00 as 19:30 horas. A seguir, a diretora argumentou sobre uma multa por atraso de entrega da declaração de imposto de renda, que é de R$ 207.00 no caso de efetuar o pagamento até o dia 02/08/05, data do vencimento, será de R$ 207.00, Outra dúvida de multa é: 4100,00, do CRÉA. A seguir, a diretora argumentou sobre a visita da secretária (A seguir) de Estado de Educação Ana Carla Muniz no dia 01 de julho, em que ela prometeu aos presentes que as escolas serão reformadas de acordo com o levantamentos e projetos do arquiteto Paulo Bueno. Em seguida, a coordenadora Idelma argumentou a mudança do horário de entrada do noturno, sendo aprovado pelo Conselho que a partir de amanhã será dessa forma: Quem entrada na 1ª aula 19: as 19:15 e 2ª aula 19:45. Outro assunto

Tratado foi, o relatório da compra de ingredientes da merenda escolar do 3º repasse/2005. Também foi feita uma sugestão de realização de uma festa na escola para adquirir recursos e que será discutida entre os professores para definição. Não havendo nada mais a ser tratado a diretora agradeceu a presença de todos encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus Martins de Azambuja, secretário lavrei a presente ata que será assinada por mim pelo Presidente CDCE diretora e demais presentes. Jucimara Gomes, Maria Aparecida M. de Paiva Dias, Mirli Jesus Silva, Ana Maria Dalla Zanotti, Ana Maria Alves Marques Silva, Simone de Paula Rocha Souza, Edelma Rodrigues da Silva

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano dois mil e cinco às 19:50 dezenove horas e cinquenta minutos reuniram-se em assembléia os membros do CDCE e direção escolar com o objetivo de tratar de assuntos administrativos em relação a professor e pais de alunos. A reunião foi realizada nas dependências da E. E. São José, avenida Mato Grosso, 1966, Bairro São José e presidida pela professora Simone de Paula Rocha presidente do CDCE. Iniciando, a Diretora Maria Aparecida Dias, deu abertura da reunião argumentando sobre as reclamações de pais, que estavam presentes, Rosana e Geliza Maria Ramos, em relação a sala de aula da professora Jucileia Bassi, substituta da professora Michele de Fátima Sant'Ana. Em seguida, a profª Simone de Paula, fez uso da palavra argumentando sobre o problema apresentado e disse que esta reunião seria buscar uma alternativa para melhorar os trabalhos da professora Jucileia. Em seguida, a Sra. Rosana falou a respeito dos alunos q/ não estão aceitando a troca de professora, não respeitam a professora, não fazem nada em sala de aula; que os alunos tomou conta da professora. A seguir, a professora Jucileia argumentou sobre o seu trabalho que no primeiro mês foi muito bom, muito legal, os alunos obedeciam, fazia os trabalhos normalmente e que a Profª Michele vinham na sala e falava para eles que vai ficar mais alguns dias fora e eles ficavam ansiosos. No decorrer do tempo os alunos foram tomando conta da sala. A professora disse que enquanto estava passando matéria no quadro, os alunos saiam da sala. Diante dos fatos e argumentações dos presente, o primeiro passo que a Direção escolar e CDCE é convocar a profª. Michele na escola para uma decisão (de p) sobre a continuidade da licença, e no caso de continuar, será apresentado aos professores efetivos essa substituição ou tomar outra decisão quanto a contratação. Não havendo nada mais a ser tratado, a profª Simone de Paula

Rocha, presidente do CDCE, agradeceu a presença de todos, encerrando a seguir a reunião. Eu Jesus Martins de Azambuja, Secretário, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelo Presidente CDCE, Diretor escolar e pelos demais presentes. Jussara Cunha, Maria Aparecida M. de Paiva Dias, Simone de Paula Rocha Souza, Rosana e. Floriano de Souza, Elza maria Ramos, Juciléia Bassi, Ana Maria Fabelo Zanetti, Ana maria Alves Marques Silva, Marli Jesus Silva, Idelma Rodrigues da Silva

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR PARA POSSE E ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO NOVO CONSELHO BIÊNIO 2006/2007.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e cinco, às dezesseis horas, reuniram-se em assembléia os membros do Conselho Deliberativo com a finalidade de dar posse para os membros conselheiros eleitos em seus segmentos para o biênio 2006/2007, eleger a sua diretoria presidente, tesoureiro e secretário e conhecer seu Estatuto. A reunião foi realizada nas dependências da Escola Estadual São José, situada à Av. Mato Grosso, 1966, Bairro São José, nesta cidade de Pontes e Lacerda. Foi presidida pela seu Presidente professora Simone de Paula Rocha Souza, que de início argumentou sobre o funcionamento, da seriedade da aplicação dos recursos financeiros e sua prestação de conta. Fez uso da palavra a diretora Maria Aparecida M. de Paiva Dias, que argumentou sobre a importância do CDCE para conduzir o processo educacional na Escola. A professora Idelma Rodrigues da Silva também argumentou sobre as decisões do Conselho e a necessidade dessa instituição, pois sem esta não é possível receber os recursos do PDE e Merenda Escolar, que as vezes demora mais sempre é repassados necessários. A seguir, houve um pequeno intervalo para eleição da diretoria do CDCE. Após / alguns minutos ficou formada a nova diretoria. Presidente: / Aparecida de Souza Ferreira; Vice-Presidente: Regina da Conceição Araújo; Tesoureiro: Rosilei Pereira dos Santos Queiroz; 2º Tesoureiro: Idenice Gonçalves Azambuja; Secretário: Jesus Martins de Azambuja; 2º secretário Simone de Paula Rocha Souza; Membros Conselheiros: Osania Alves Marques; Girlei Soares Silva e Rosangela Ribeiro dos Santos Silva; Romilda Batista de Paula Ferreira; Cel) Mônica Cibele Martins; Maria Aparecida de Jesus. Dessa forma foi formada a nova diretoria. Não havendo nada mais a ser tratado, a diretora retomou a palavra / agradeceu a presença de todos, parabenizando os novos membros

do Conselho, desejando êxito nos trabalhos a serem realizados, encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus Martins de Azambuja, secretário, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim pelo Presidente, pela Diretora e pelos demais presentes. //
Juvenis Cunha, Maria Aparecida M de Paiva Dias, Rosilei Ferreira dos Santos Queiroz, Silvani Pereira Sanito, Cirlei Soares Silva, Romilda Batista de Paula Ferreira, Ana Maria Rabelo Zanetti, Edvio Pereira Bassoncelo, Silvania Rodrigues da Silva Faria, Marli de Jesus Silva, Rosani Rodrigues Oliveira, Edelma Rodrigues da Silva, Simone de Paula Rocha Braga, Aparecida de Souza Ferreira

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA E. E. SÃO JOSÉ

Aos primeiro dia do mês de dezembro do ano (letivo) dois mil e cinco às dezesseis horas reuniram-se em assembleia os membros do CDCE atual e membros conselheiros eleitos para o próximo triênio para tratar de assuntos administrativos. A reunião foi realizada nas dependências da Escola Estadual São José, situada a Avenida Mato Grosso 1966, Bairro São José. Presidida pela professora Simone de Paula Rocha Souza, presidente do CDCE, que deu início argumentando sobre o repasse do PDDE recebido em 14/11/05 e já foi dado início da aplicação do mesmo, de acordo o especificado na planilha. Em seguida a diretora Maria Aparecida Dias, argumentou os recursos da Merenda Escolar que tem dinheiro em haver nos Supermercado Soares e Favorito para o atendimento dos alunos do restante do ano. Também foram pagos algumas contas com recursos da cantina escolar bem como pago telefone com uma parte da cantina e completado com recursos particular. Os recursos do PDDE, elemento material de consumo - custeio estão sendo discutido o que será feito. São pequenos reparos, nas dependências da escola. Não havendo nada mais a ser tratado, a presidente Simone de Paula Rocha, agradeceu a presença de todos encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus M. Azambuja, Secretário, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pela Diretora, presidente e demais presentes. Jesus Cruz, Maria Aparecida M. de Paiva Dias, Simone de Paula Rocha Souza, Aparecida de Souza Ferreira, Zulda Cristina de Oliveira Andrade, Regina C. Araújo, Idalma Rodrigues da Silva, Osania A. Marques, Rosilei Pereira dos Santos Queiroz,

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA E.E. SÃO JOSÉ

Aos vinte e dois dias do mês de m do ano dois mil e cinco às dezesseis horas, reuniram-se em assembléia, a direção escolar e os / membros do CDCE, com a finalidade de analisar a prestação de contas dos recursos financeiros Do PDDE/2005. A reunião foi realizada nas dependências da E.E. São José, situada à Av. Mato Grosso, 1966, Bairro São José, nesta cidade de ? e logacerda. A mesma foi presidida pela profª Simone de Paula Rocha Souza, presidente do CDCE, que deu início aos trabalhos desse encontro, argumentando sobre a necessidade do acompanhamento e análise da prestação de conta em pauta, e em seguida apresentou todas as notas fiscais, recibos e outros documentos relacionados a mesma, para que os membros conselheiros analisassem. Continuando, a Diretora Maria Aparecida também fez uso da palavra argumentando sobre os trabalhos realizados, como as aquisições de materiais de consumo, equipamentos e outros, verificando sempre o menor preço entre as casas do comercio da cidade. A seguir / foi dado alguns minutos de intervalo para que os conselheiros analisassem toda a documentação apresentada. Logo após a análise e discussão do assunto em pauta, não foi encontrada nenhuma irregularidade, sendo aprovada a prestação de conta do PDDE por unanimidade. Não havendo / nada mais a relatar o(a) Presidente do CDCE, retomou a palavra agradecer a todos os presentes encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus Martins de Azambuja, secretário CDCE, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim, pelo(a) Presidente CDCE, pelo(a) Diretor(a) e pelos demais membros conselheiros. /

Jesus Martins

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA E. E. SÃO JOSÉ

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e cinco, às quinze horas e trinta minutos, reuniram-se em assembléia membros do Conselho Deliberativo e Direção Escolar com a finalidade de analisar a prestação de contas referente Repasse do FNDE/P.D.D.E. - Programa Dinheiro Direto na Escola, do ano 2005. A reunião foi realizada nas dependências da Escola Estadual / São José situada à Avenida Mato, 1966 Bairro São José nesta cidade de Pontes e Lacerda e foi presidida pela professora Simone de Paula Rocha Souza Presidente do Conselho Deliberativo, que deu início aos trabalhos desse encontro, argumentando sobre a necessidade da análise da Prestação de Conta em pauta para / ser encaminhada a SEDUC. Em seguida, a Presidente do CDCE apresentou todas as Notas Fiscais, recibos e outros documentos relacionados a execussão da aplicação dos recursos financeiros do PDDE/05, para que fossem apreciados pelos conselheiros. A seguir a diretora Maria Aparecida M. de Paiva Dias fez uso da palavra argumentando sobre o processo de compras e aquisições dos materiais e equipamentos, verificando sempre o menor preço entre comércio da cidade. Em seguida, / após alguns minutos foi realizada a devida apreciação dos documentos e não foi encontrada nenhuma irregularidade e sendo / assim foi aprovada por todos a referida prestação de conta. Não havendo nada mais a relatar a Presidente retomou a / palavra agradeceu à todos os presentes encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus Martins de Azambuja, secretário lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente CDCE, Diretoras e pelos demais membros conselheiros presentes. Jesus Martins de Azambuja, Simone de Paula Rocha Souza Maria Aparecida Marchina Paiva Dias, Ana Maria Alves Marques Silva, Ana Maria Rabelo Zanetti, Edelma Rodrigues da Silva

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR PARA APRECIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PDE/2005.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano dois mil e cinco, às oito horas e quinze minutos, reuniram-se em assembléia os membros do CDCE e Direção escolar com a finalidade de / esclarecer sobre a aplicação dos recursos do PDE/2005, que foram depositados em conta do Conselho Deliberativo os três últimos repasses trimestrais de uma vez só, no valor de R$ 14.238,00 (Quatorze mil, duzentos e trinta e oito reais). A / reunião foi realizada nas dependências da Escola Estadual São José, situada à Av. Mato Grosso, 1966, nesta cidade de Fontes e logo cedo, presidida pela professora Simone de Paula Rocha Souza, que deu início argumentando sobre o recebimento dos três repasses bimestrais e que já foram efetuados pagamentos de contas que estavam em débito pelo motivo do atraso dos repasses dos recursos, bem como realizadas compras de materiais de manutenção da escola, secretaria e material de limpeza, materiais permanentes, de acordo com a planilha do PDE. Foram feitas análise das notas fiscais pelos membros do CDCE, bem como dos recibos de prestações de serviços, e das ações realizadas pela diretora, presidente e tesoureiro do CDCE, em relação a prestação de contas dos / recursos federais - PDDE. Não havendo nada mais a ser tratado a Presidente agradeceu a presença de todos encerrando a seguir a reunião. Eu, Jesus Martim de Azambuja, secretário / lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelo presidente CDCE, pela Diretora e pelos demais presentes. Juan Cuevas, Simone de Paula Rocha Souza, Maria Aparecida M. de Paiva Dias, Edelma Rodrigues da Silva, Ana Maria Rabelo Zanetti, Mari Jesus Silva, Ana Maria dos Marques Silva.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA COMUNIDADE ESCOLAR - CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR E CONSELHO FISCAL.

ATA Nº

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano dois mil e cinco, às oito horas e 20 m', na Escola Estadual São José, situada à Av. Mato Grosso, 1966, Bairro São José, nesta cidade de 7 e Boacerda, reuniram-se nesta Unidade Escolar, em assembleia geral, para prestar conta dos recursos aplicados na escola e sugestões para melhoria das atividades, presidida pelo Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, estando presentes todos os membros fiscais e do CDCE. Iniciando a reunião, a diretora Maria Aparecida de Paiva Dias, argumentou a necessidade de esclarecimentos sobre o encerramento do ano letivo, bem como as dificuldades encontradas nesta gestão. A seguir, fez uso da palavra a coordenadora e Presidente do CDCE, Simone de Paula Rocha Souza, agradecendo a todos os presentes pelo apoio nesta gestão que está terminando. Em seguida, passou a apresentar sobre os recursos da Merenda Escolar, do PDDE e PDE. Esse último repasse do PDE foi liberado agora em dezembro os três últimos. Passando a informar o que foi comprado de acordo com a planilha do PDE. Em seguida, a tesoureira (de) CDCE, Idelma Rodrigues da Silva, falou sobre a planilha do PDE, notas fiscais, cópias de cheques e que estão à disposição de todos os interessados. Sobre os recursos recebidos, foram deixados alguns valores em haver para a execução no próximo ano letivo, são os seguintes valores: Merenda Escolar. Favorito supermercado R$ 4.327,18; Supermercado Soares: 778,32; Supermercado Paraná 7-70,00; Panificadora Pão de Mel: 7.904,00 pães; Boacbom R$ 2.110,00 em 15/12/05; Repasse PDE e PDDE; Mercado Matos R$ 2.112,00; Bruna Revista R$ 3.850,06; Construvale R$ 900,00 Xerox R$ 300,00; Colbor serviço R$ 500,00; SASPROEL R$ 509,00; J.Gás 6 botijões; Folsone materiais de Construção: R$ 131,00:. Nada mais

a relatar, eu Jesus Martins de Azambuja, encerro esta, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente CDCE, Diretor(a) da Unidade e por todos os presentes. Jucus Cleuci Maria Aparecida M. Pavão Dias, Simone de Paula Rocha Souza, Odilon Eliana Nogueira Dalle Silva, Edilléia Aparecida Conceição Machiaveli, Angela Maria Francischeti da Silva, Geralda da Conceição Silva M, Maria Dirce B. Vieira Flauzino, Regina Helena Santo, Maria Lúcia Pereira da Silva, Elaine Martins, Leicimara de Souza, Nilza Wanzacker Alberaz, Cristiane C. Reis, Aparecida Apª de L. Pavão, Flávia Wonsoski, Cleide Odete M. Presutto, Rita de Cássia F. Alexandra Rodrigues da Silva, Rosileni Pereira dos Santos Queiroz, Eliza Hé de Queiroz Oliveira Ferreira, Lindalva Batista Bernardes, Fernanda dos Santos Teixeira, Roselaine F. G. Flor, Marlene H. dos Santos Maria Aparecida de Jesus, Arnaldo Vargas Bezes, Vitoriana Domingos Aparecida de S. Ferreira, Rosani Rodrigues Oliveira, Cinira Camin da Silva Franco, Eunice Narciso da Costa.

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e cinco, às dezessete horas, na Escola Estadual São José situada à Av. Mato Grosso, 1966, Bairro São José, nesta cidade de P. e Lacerda, reuniram-se nesta Unidade Escolar em assembléia com o objetivo de repassar esclarecimentos sobre as prestações de contas do Repasse bimestral, PDE, PDDE e Merenda Escolar do ano 2005. A reunião foi realizada com o CDCE eleito triênio 2006/2007 e CDCE atual, estando presentes todos os membros eleitos. Iniciando, a diretora Maria Aparecida M. de Paiva Dias argumentou sobre a pauta acima citada e discutindo com os presentes para melhor esclarecimentos. Em seguida a Presidente do CDCE explicou quanto aos valores em haver em Reais junto ao comércio é devido ao acúmulo dos repasses bimestrais ter sido depositado os três últimos de uma vez só, no mês de dezembro. A seguir, a tesoureira Idelma Rodrigues da Silva fez sua esplanação referente a movimentação das Contas Bancárias - PDDE, PDE e recursos financeiros oriundos de outras fontes, bem como os livros de registros da movimentação financeira, manuais de instruções para aplicação dos recursos e as prestações de conta. Os valores que a escola tem em haver estão discriminados da seguinte forma: Favoreto Supermercado R$ 4.321,18; Supermercado Soares R$ 778,32; Supermercado Paraná R$ 70,00; Panificadora Pão de Mel 7.904 pães; Lacbom 2.410 lts. (leite); referente a Merenda escolar. Dos Repasses Bimestrais PDE e PDDE: Mercado Matos R$ 2.112,00; Bruna Revistas R$ 3.850,06; Construvale Materiais de Construção 900,00; Xerocadora R$300,00; Collor Service R$ 500,00; Sisproel R$ 509,00 Jgás 6 botijões; Falcone Materiais de Construção R$ 131,00. Nada mais a relatar, a Presidente do CDCE com a palavra agradeceu a todos pela presença, desejando êxito no trabalhos do próximo triênio. Tam-

Além a coordenadora Idelma agradeceu a todos, bem como a Diretora Maria Aparecida Dias, agradeceu o apoio durante esse mandato, determinando o encerramento da reunião, e para constar eu Jesus M. de Arambuja, secretário lavrei a presente ata que depôs lida e aprovada será assinada por mim, pelo presidente CDCE, Diretor e demais presentes. Jucy Cerra, Maria Aparecida M. de Paiva Dias, Simone de Paula Rocha Souza, Isania A. Marques, Regina C. Araújo, Girlei Soares Silva, Edna R. Scarronaro, Aparecida de Souza Ferreira, Rosilei Pereira dos Santos Queiroz, Maria Aparecida de Jesus, Idelma Rodrigues da Silva.

ATA DE POSSE

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR - CDCE DA E.E. SÃO JOSÉ.

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco, reuniram-se em assembléia os membros do Conselho Deliberativo e Diretor eleito para o biênio 2006/2007. A / reunião foi realizada nas dependências da Escola Estadual São José.